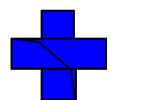


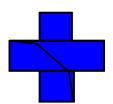
Luciana: Boa tarde a todos. Bom, a nossa reunião extraordinária do mês de junho, 1 27/06/2016, peço que os conselheiros sentem para a gente fazer a primeira 2 conferência de quórum, por gentileza. Primeira conferência de quórum, 11 3 conselheiros. Daqui a 30 minutos nós fazemos a próxima conferência de quórum. 4 Boa tarde a todos, conselheiros e conselheiras, vamos sentar para fazer a 5 conferência de quórum da segunda chamada. Conferência de quórum 12 6 conselheiros, está dentro do regimento. Então a nossa reunião extraordinária, dia 7 27/06/2016, as 14 e 30. Meu nome é Luciana, eu sou a secretária, estou como 8 secretária geral do conselho. Nós vamos ter que... Como o presidente do conselho 9 não veio e estamos sem vice-presidente, temos que eleger um ad hoc. Alguém se 10 manifesta? Conselheira Ana Boabaid, todos concordam? Vamos colocar em 11 votação, quem é a favor levanta a mão, por gentileza. Aprovado por unanimidade. 12 Conselheira Ana, vamos conduzir a reunião. 13 Carlos: Eu só gostaria que fosse lida a data que foi feita a convocação e que fosse 14 lida. E como é que foi publicada no Diário Oficial. Vamos fazer a leitura. O 15 presidente pode convocar desde que seja sete dias antes. Estou falando da 16 extraordinária. Essa aqui é uma reunião extraordinária para descortesia que foi 17 feita com estes conselheiros, que o estado de Mato Grosso demorou mais de 60 18 dias para nomear. Então o que eu estou perguntando é, aqui diz assim: o pleno 19 reunir-se-á extraordinariamente apenas para tratar de matérias específicas ou de 20 urgência, as reuniões serão convocadas pelo presidente ou mediante um (terço) 21 [00:02:03]. Essas serão convocadas em um prazo máximo de sete dias. Então o 22 que eu quero saber é o seguinte, quando foi convocada essa reunião a contados 23 da data de convocação. Se foi em abril, essa convocação não vale. 24



Sistema Único de Saúde Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342 CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342 1

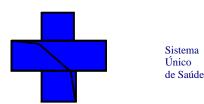


- Ana: Bom dia, conselheiros, vamos fazer os esclarecimentos gravados, seria mais
- 26 interessante.
- 27 Carlos: Carlos do Conselho Regional de Educação.
- Ana: Nós já começamos esse momento, não sei se no caso eu estou ad doc aqui, se
- daria posse aos conselheiros. Sim? Então dando abertura aqui, hoje dia 27/06,
- segunda-feira de 2016. A primeira chamada foi as 14 horas, neste momento
- estamos no segundo momento já, 14 e 35 onde daremos início a composição. Eu
- 32 acho que nós vamos retomar porque o presidente neste momento se faz presente.
- Nós iríamos neste momento iniciar a composição. Passo a fala ao presidente,
- 34 doutor Eduardo.
- Eduardo: Boa tarde a todos. Obrigado, Ana. Desculpe o atraso, tive que compor
- uma agenda fora do plano no Tribunal de Justiça e demorou um pouco a mais do
- que eu imaginava. Então os meus respeitos a todos. A minha alegria de estar
- retomando o Conselho Estadual de Saúde e já promovendo uma colocação de
- desculpa e as escusas devidas aos conselheiros, a este conselho que respeito
- muito, pela demora, pela falta de estrutura e de encaminhamento que tivemos na
- ocasião da nomeação dos conselheiros. Não foi da nossa vontade, mas acabou
- ocorrendo e é importante que eu fizesse esse relato de transferir o respeito do
- governo ao conselho, a secretaria, ao conselho, esperando que Deus nos ilumine
- sempre para os futuros passos do conselho e desses novos conselheiros que todos
- nós temos muita esperança para o futuro da saúde de Mato Grosso. Eu passo a
- palavra a secretaria para dar os primeiros encaminhamentos. Aqui se tem
- primeiro a nomeação da posse aos... Ok.
- 48 Ana Boabaid: Senhor presidente.





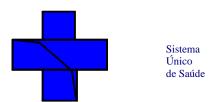
- 49 Eduardo: Pois não.
- 50 Ana Boabaid: Antes da sua chegada aqui o conselheiro Carlinhos fez algumas
- perguntas, algum questionamento em relação ao ato de publicação para a
- chamada da reunião extraordinária, quando foi feito?
- Eduardo: Foi solicitado à secretaria para que houvesse essa chamada. Por favor,
- 54 Luciana.
- Luciana: No dia, nós convidamos primeiro a mesa diretora na semana passada,
- que compareceu dois conselheiros. Nós, no momento, tínhamos pensado em uma
- ampliada, mas como a ampliada não teria como dar o encaminhamento, dar posse
- para os conselheiros primeiro, porque não tem como encaminhar sem posse,
- então o presidente do pleno marcou a extraordinária. Foi na quarta-feira passada.
- 60 Eu mandei e-mail e postei também, se vocês olharem no site do conselho está lá a
- data que foi postado a chamada da extraordinária.
- 62 Ana Boabaid: Só questão de esclarecimento para o conselheiro Carlinhos.
- 63 Carlinhos, no dia, inclusive, eu mandei um retorno a secretaria geral dizendo que
- nós não tínhamos mesa diretora visto que o único conselheiro que existia de fato
- e de direito era o presidente que era nato.
- 66 Eduardo: Está esclarecido, conselheiro?
- 67 Carlos: Eu vou procurar aqui no meu e-mail. Conselheiro Carlos. Quando a Lúcia
- me ligou hoje de manhã ainda perguntei: "vai ter reunião extraordinária hoje à
- tarde?", não havia convocação nenhuma, foi isso que achei estranho. É sério. Abro
- os meus e-mail todinhos aqui, não tem nenhum. É isso que eu estou perguntando,
- quando é que foi convocado, mas eu vou olhar.





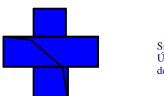
Eduardo: Ok. Podemos passar então para a leitura do ato de nomeação? De posse, 72 melhor. Então ato número 11.180, de 2016. O governador do estado de Mato 73 Grosso, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do 74 processo número 210308/2016 e considerando o disposto no artigo 19 da Lei 75 complementar número 22, de nove de novembro de 1992, alterada pela Lei 76 complementar número 102, de 11 de janeiro de 2002, resolve nomear para 77 exercer a função de membros do conselho estadual de saúde, biênio maio de 2016 78 a maio de 2018, os conselheiros titulares e suplentes abaixo indicados. Um, 79 representante dos segmentos governo e prestadores de serviço. A, Poder 80 Executivo: titular, Maria Salete Ribeiro; suplente, Vânia Rodrigues dos Santos. 81 Eduardo: Pois não. Maria Salete Ribeiro, presente? Não. Está em Brasília para uma 82 atividade lá. Vânia Rodrigues dos Santos, presente. Conselheira Ana propõe que 83 haja uma apresentação mínima da pessoa que vai tomar posse hoje. Não? Ok, 84 seguimos em frente. Desculpa, Ana. B, Secretaria de Estado da Saúde, ainda: 85 titular, Neuci Cunha dos Santos, presente? Presente. Suplente, Dúbia Beatriz 86 Oliveira Campos. Sim, por favor. 87 Ana: Questão de esclarecimento. É que a pessoa se posicionando fica gravada a 88

- presença dela. Isso, fulana de tal, local tal. 89
- Eduardo: Ok. Está ótimo. Pois não. Vou começar pelos primeiros passos ali. Poder 90
- Executivo, Maria Salete Ribeiro não se encontra suplente Vânia Rodrigues dos 91
- Santos. 92
- Vânia: Boa tarde, sou Vânia Rodrigues estou como suplente da professora Salete 93
- e sou superintendente de gestão regional da Secretaria de Estado e Saúde. 94



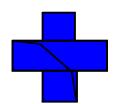


- 95 Eduardo: Obrigado. B, Secretaria de Estado de Saúde, titular Neuci Cunha dos
- 96 Santos.
- Neuci: Estou na direção da escola de saúde pública e ocupo esse espaço com
- sessão da UFMT quando agora também renovo por maias um ano a permanência
- 99 na direção.
- 100 Eduardo: Dúbia Beatriz Oliveira de Campos. Secretaria de Estado de Saúde:
- titular, Marcos Marcelo da Costa Teixeira.
- Marcos: Boa tarde. Eu sou Marcos e estou como superintendente de atenção a
- saúde da secretaria estadual de saúde do estado de Mato Grosso.
- Eduardo: Titular. Suplente, Lucinéia Soares da Silva, pois não.
- 105 Marcos: Lucinéia.
- Lucinéia: Boa tarde a todos, Lucinéia Soares, estou no gabinete adjunto de política
- 107 e regionalização.
- Eduardo: Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores de Mato Grosso, Mato
- Grosso Saúde. Titular, Regina Macedo Gonçalves, ausente. Suplente, Maximilliam
- Mayolino Leão. MT Saúde, os dois ausentes. Secretaria de Estado de Meio
- Ambiente, o SEMA. Titular, Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila.
- Gabriela: Boa tarde a todos e todas, eu sou Gabriela Priante, sou efetiva da SEMA
- e atualmente sou secretária executiva do conselho estadual de pesca.
- Eduardo: Railda Assis dos Santos.
- Gabriela: Ela não está presente.
- Eduardo: Ok. Conselho de Secretários Municipais de Saúde, COSEMS. Titular,
- Aparecida Clestiane da Costa Souza Vieira, ausente. Suplente, Luis Soares, ausente
- também. Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT. Titular, Reinaldo Gaspar



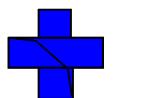


- da Mota, ausente. Suplente, Elias Nogueira Peres, ausente. Federação das
- 120 Misericórdias, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Estado. Titular, Maria
- 121 Elisabeth Meurer Alves.
- Maria: Meu boa tarde à todos você. Eu sou Elisabeth e estou presidente da
- Federação das Misericórdias, Hospitais Filantópicos.
- Eduardo: Bem-vinda. Suplente, Daniella da Costa Amaral.
- Daniella: Estou como suplente da federação e estou como assessora técnica da
- 126 federação.
- Eduardo: Bem-vinda. Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços de Saúde do
- Estado de Mato Grosso, SINDESSMAT. Titular, Patrícia Chaves West, presente?
- Ausente. Suplente, Rayssa Silva Martins. Fundação Nacional de Saúde, FUNASA.
- 130 Titular e suplente estão em aberto aqui, não encaminhado, estão sem
- representantes. Dois, Representantes do Segmento Trabalhadores da Saúde.
- Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, SISMA. Titular, Oscarlino Alves de Arruda
- 133 Junior.
- Edna: Boa tarde a todos e a todas. Oscarlino está no movimento da mobilização
- do RGA e eu sou Edna Marlene da Cunha Carvalho, representante do Sindicato dos
- 136 Trabalhadores da Saúde, SISMA, e funcionária efetiva da Secretaria Estadual de
- 137 Saúde.
- Eduardo: Edna Marlene da Cunha é suplente. Ok. Conselho Regional de
- Fisioterapia, CREFITO. Titular, José Alves Martins.
- José: Desculpa o atraso, em primeiro lugar, fui socorrer um colega. Zé Alves,
- 141 Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
- Eduardo: Aonde é que tu estás?





- José: Segmento do trabalhador. Obrigado.
- Eduardo: Suplente, José de Figueiredo Loureiro Júnior do CRO, Mato Grosso,
- ausente. Conselho Regional de Serviço Social, CRESS Mato Grosso. Titular, Vera
- Lúcia Honório dos Anjos, ausente. Suplente. Pois não.
- Ana Bobaid: Justificando, a Vera Lúcia mandou um Whatsapp dizendo que está
- chegando. Eu li agora.
- Jessé: Boa tarde a todos, eu sou Jessé, eu sou conselheiro representante do CREA,
- sou suplente da conselheira Vera.
- Eduardo: Suplente o José Rodrigues de Arruda; Jessé: É Jesse até foi retificado na
- nomeação com o erro da grafia do nome.
- Eduardo Bermudez: Verdade. Jesse do Crea Mato Grosso. Conselho Regional de
- Farmácia. Titular, Tânia Cecília Trevisan. Suplente, Verton Silva Marques. Tânia
- ausente, justificou que está enferma. Verton Silva Marques, ausente. Conselho
- Regional Educação Física, CREF. Titular, Carlos Alberto Eilert.
- 157 Carlos: É Carlos Alberto Eilert, Carlinhos, presidente do CREF 17. Na portaria está
- um erro, não é? Nós temos aí CRF 17 MT. E é na parte debaixo que o CRF, não sei
- se tem número, agora nós temos, é décima sétima região, Mato Grosso. Só essa
- mudança depois.
- Eduardo Bermudez: Carlinhos, é CREF 17 MT, é isso?
- 162 Carlos: CREF 17/MT. Está bem?
- Eduardo: Em cima é que talvez esteja inadequado.
- 164 Carlos: Colocaram no CRF o 17
- Eduardo: Ok. Obrigado. Três, representantes do segmento usuários. Federação
- 166 dos Trabalhadores...





168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

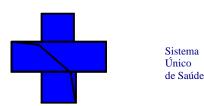
189

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Carlos: Só para esclarecer, presidente. Nós trabalhadores da saúde, cada um com um dos conselhos, o conselho não indica o seu suplente. O conselho das 14 profissões pela portaria 218, os conselhos menos votados. No dia da eleição faltou um conselho, portanto acabou ficando uma suplência em aberto que a gente espera que seja coberto por um outro conselho. Então o próprio conselho não indica o seu suplente. É uma forma também de nós podermos democratizar mais ainda o acesso nesse sentido de todos participarem. Eduardo: Ok. Podemos seguir? Representantes do segmento usuários. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso, FETAGRI. Titular, José Aparecido da Silva, ausente. Suplente, Juliana Pachuri Mendes. B, Federação Matogrossense de Associações de Moradores de Bairros, FEMAB. Titular, Edenir Pereira da Silva, ausente. Suplente, Maria Socorro Barbosa da Silva. C, Associação Matogrossense dos Deficientes. Titular, Mário Lúcio Guimarães de Jesus. Mário: Boa tarde a todos e a todas. Mário Lúcio Guimarães de Jesus, represente da Associação Matogrossense dos Deficientes. Boa tarde e bom trabalho. Eduardo: Muito obrigado. Suplente, Emanoel Tibaldi de Almeida. Emanoel: Boa tarde a todos, sou Emanoel, sou servidor efetivo da UFMT e estou suplente do Mário Lúcio à frente da Associação Matogrossense dos Deficientes Eduardo: Bem-vindo. Associação dos Portadores de Patologias. Titular, Carlos Antônio Pereira da APRET MT. Carlos Antônio: Boa tarde a todos. Sou Carlos Antônio Pereira, estou atual

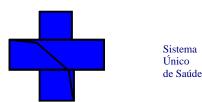
presidente da Associação dos Pacientes Renais e Transplantados de Mato Grosso.

Eduardo: Bem-vindo, Carlos. Suplente, Benildes Aureliano Firmo AACC MT.



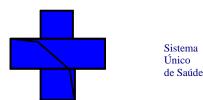


Benildes: Boa tarde a todos e todas, o meu nome é Benilde Aureliano Firmo, eu 190 atualmente estou vice-presidente da AACC, Associação de Amigos da Criança com 191 Câncer. E é um prazer estar aqui com vocês e fazer parte desse exército de pessoas 192 que defendem a saúde. 193 Eduardo: Seja muito bem-vindo. Grupo de Saúde Popular, GSP. Titular, Akeslayne 194 Maria de Camargo, me perdoe se eu errei no nome. Akeslayne Maria de Camargo. 195 Akeslayne: Oi, está certo o nome, é Akeslayne Maria de Camargo estou como 196 titular do Movimento Popular de Saúde. Que tenhamos um bom trabalho. 197 Eduardo: Bem-vinda. Suplente, Graziela de Oliveira. 198 Graziela: Também presente como suplente no Movimento Popular de Saúde e 199 atualmente eu trabalho no conselho municipal de saúde, Santo Antônio Levarjar 200 como secretária. 201 Eduardo: Seja bem-vinda. Associação Estadual dos Aposentados e Pensionistas de 202 Mato Grosso, - AEAP Mato Grosso. Titular, Benedito Mário Corrêa da Costa. 203 Benedito: Boa tarde a todos. Que Deus abençoe a todos vocês. Quero congraçar 204 com vocês com representada dessa ação dos aposentados do estado de Mato 205 Grosso com titular. E quero contar com a colaboração de vocês haja visto que é a 206 primeira vez que eu participo, então acho que tem que ter muito conhecimento e 207 vocês têm conhecimento, vou precisar de muita ajuda de vocês. Que Deus abençoe 208 a todos e um bom trabalho para todos nós. 209 Eduardo: Muito obrigado, seja bem-vindo. Suplente, José Luiz da Silva, presente. 210 José Luiz: Uma boa tarde a todos. Estou feliz no retorno como presidente na época 211 passada do conselho titular, hoje estou aqui retornando como suplemente. Estou 212 quase, sou vice-presidente da associação dos aposentados do estado de Mato 213





Grosso. Muito obrigado em encontrar os nossos amigos que no passado aqui a 214 gente se encontra presente. Uma boa tarde a todos. 215 Eduardo: Seja bem-vindo e por favor sente à mesa. Muito obrigado. Entidades de 216 Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Não apresentaram também 217 representantes. Seguimos. Conselho Distrital de Saúde Indígena de Cuiabá, 218 CONDISI. Titular, Nedino Cintra Nascimento Maizokie, desculpe se errei o nome. 219 Nedino: Boa tarde. Quero agradecer, é a primeira vez que estou participando do 220 conselho estadual. Fui indicado pela maioria, 43 etnias inclusive o (inint) 221 [00:22:35] uma grande assembleia na Aldeia Almati na barra do Bugre para criar 222 uma confederação de representação do estado de Mato Grosso. E estou aqui com 223 imensa... sou conselheiro municipal de Tangará da Serra. E eu não sou nenhum, 224 assim, trabalhador de saúde, mas pelo menos um pouco eu tenho conhecimento. 225 Eu sou atuante e participativo. Eu vim de tão longe, de Tangará. Eu moro em uma 226 aldeia que chama Terra Indígena Formoso que é 53 de mil hectares que é 227 município de Tangará da Serra. Então estou aqui para contribuir e representar as 228 43 porque faz tempo que está vaga essa cadeira de representação indígena Então 229 muito obrigado. 230 Eduardo: Seja bem-vindo. A sua presença muito importante representando uma 231 atenção que o governo precisa ter ampliada nos nossos próximos passos, tenha 232 certeza disso. Suplente, Osmar Rodrigues. 233 Nedino: Eu passei o convite, para você ver. Ele mora aqui em Cuiabá, eu moro lá 234 na Aldeia, quase 400 quilômetros. Eu estou aqui. Ele mora aqui em Cuiabá. Eu pedi 235



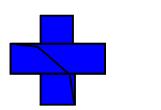
236

para ele participar aqui. Muito obrigado.



Eduardo: Obrigado. A sua presença já (inint) [00:24:28] o momento, obrigado. 237 Movimento Ambientalista e Ecológico. Titular: Mirian Arabela da Silva Serrano. 238 Mirian: Boa tarde a todos. Eu represento o fórum mato-grossense. Está ligado. 239 Fórum mato-grossense de ambiente e desenvolvimento. Eu sou bióloga e 240 psicóloga e trabalho atualmente na Associação Brasileira de Homeopatia Popular 241 como terapeuta popular. 242 Eduardo: Seja muito bem-vinda. Suplente, Itamar Camaragibe, ausente. Sindicato 243 dos Garimpeiros, SINDIMINÉRIO. Titular, Antonio Silva Toledo Pizza, ausente. 244 Suplente, Clades Zimmermann ou Claide Zimmermann, ausente. Núcleo de 245 Estudos e Organização da Mulher, NEOM. Titular, Ana Maria Boabaid de Carvalho 246 Couto. 247 Ana: Presente Ana Boabaid. Eu queria colocar que a suplente, Cláudia Guimarães 248 está doente por isso não está presente. E desejar para todos nós que Deus nos 249 ilumine para que nós tenhamos sabedoria para permear todos esses conflitos que 250 estão acontecendo a nível nacional, estadual, que nos dê muita luz positiva para 251 que esse conselho realmente funcione. Figuei feliz de ver os índios aqui presentes. 252 Muito feliz além de todos os outros. 253 Eduardo: Obrigado, Ana, seja bem-vinda. E a Suplente: Cláudia Maria Guimarães 254 que é a suplente já está justificado. Sindicato dos Profissionais da Educação, 255 SINTEP. Perdão, eu pulei, desculpe. Fraternidade Cristã do Brasil, FCD. Titular, 256 Maria Elizabete da Silva. 257

Luciana: Só justificar a ausência, ela está desde as 13 horas esperando o carro da



secretaria busca-la. Por isso não está aqui.

Único

de Saúde

258

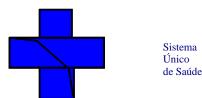
259



Eduardo: Então, por favor, Emerson. Vai buscar a nossa conselheira que está lá 260 nos aguardando, por favor. Mas ela não está na secretaria? Não? No assentamento. 261 Pensei que tivesse lá. Esse é um dos aspectos que eu vou falar na minha abertura 262 aqui. O suplente Germiniano Rodrigues de Moraes. Está acamado, está ausente. 263 Sindicato dos Profissionais da Educação, SINTEP. Titular, Orlando Francisco. 264 Orlando: Presente, Orlando Francisco, cidade de Mato Grosso e dizer que a greve 265 continua. 266 Eduardo: Seja bem-vindo. Suplente, Tânia Cristina Crivelin Jorra, ausente. 267 Centrais Sindicais. Titular, João Luiz Dourado, Classistas das 268 Suplente, Italina Facchini, ausente. Movimento Social de Promoção da Igualdade 269 Racial. Titular, Edevande Pinho de França. 270 Edevande: Presente. Hoje eu estou aqui representando o grupo de consciência 271 negra, especificação, estou 272 como presidente e também no momento me encontro como presidente do 273 Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial. Eu falei, (inint) [00:28:46] 274 da greve, eu quero já reivindicar a ida dos conselheiros na marcha, no dia seis em 275 defesa do SUS e da democracia em Brasília. Dia seis agora de julho. 276 Eduardo: Seja muito bem-vindo. Suplente, Antônio Santana da Silva, ausente. 277 Então encerramos os aqui na posse. Assina o Palácio Paiaguás, Cuiabá, sete de 278 junho de 2016. Pedro Tax, governador do estado, Paulo Tax secretário chefe da 279 Casa Civil e Eduardo Luiz Conceição Bermudez secretário de estado da saúde e 280 presidente do conselho estadual da saúde. Sejam todos muito bem-vindos. 281

Saudação a todos. E como referiu a Ana, conselheira Ana, muito bem, que Deus no

ilumine nesse caminho difícil, árduo da condução da saúde, especialmente



282

283



285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

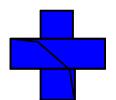
305

306

307

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

utilizando o que nós temos de mais forte do nosso ser que é o lado humano. O lado pela saúde, o lado que nós temos que pensar no ser humano como um ser holístico, um ser pleno, um ser amplo. Não necessariamente um ser político. O que nós temos para fazer para o futuro ainda nos reserva um grande desafio, Hoje, inclusive, após, eu peço a permissão de vocês, conselheiros, temos audiência com o ministro Ricardo Barros, em Brasília, já com a preocupação não só do final deste ano, mas para o ano que vem. Nossa preocupação, além de estarmos atentos e viemos conversando durante o início deste ano e parte do ano passado quanto a questão da estruturação do Conselho Estadual de Saúde. Não como um tema somente proposto por aquilo que está determinado pelas orientações legais, mas também para aquilo que necessita, realmente, este conselho e os conselheiros deem estrutura para desenvolverem bem o seu trabalho. É uma retomada, isso não é uma falácia, é uma retomada do respeito ao Conselho Estadual de Saúde. Esse é o trabalho que precisamos cada vez mais desenvolver. Não é só de direito, é de dever, nós precisamos voltar a estabelecer esse fórum aqui como fórum de discussão os grandes temas da saúde de Mato Grosso, quiçá do Brasil, porque estamos inseridos em um Brasil que também nos influencia no cotidiano. Então hoje a minha ida à Brasília é justamente para que a gente possa estabelecer um horizonte de financiamento e alguma luz em relação não só a alta complexidade, mas o que vamos fazer com o tema Sistema Único de Saúde aí respeitado pelo próprio governo federal. Nós não podemos mais estabelecer um encaminhamento da saúde na complexidade que estamos hoje. Não se faz mais saúde com estetoscópio, um esfigmomanômetro e um médico solitariamente. Hoje é estrutura... obrigado, atende aqui, por favor, é o Jorge da São Camilo, por favor.





309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

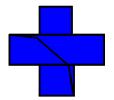
329

330

331

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Não podemos mais imaginar que nós fazíamos saúde como fazíamos antigamente. Hoje a complexidade está a porta de todos nós. Em um estado que é praticamente três países europeus, como é Mato Grosso e com tantas disparidades sociais e de acessibilidade, nós temos que ter um pensamento diferente sobre como conduzir a saúde de Mato Grosso. Evidentemente que isso vai demandar alto custeio e esse é o ponto que eu estou indo buscar alguma alternativa. O estado, o município não pode mais suportar essa carga sozinhos, precisamos ampliar a capacidade da união de estabelecer uma condição melhor para o futuro no sentido de financiamento. Hoje se nós pensarmos sobre os pilares fundamentais do SUS, que é a universalidade, a equidade, acessibilidade, enfim, nós só podemos fazer com a medicina que hoje temos capacidade de entregar com grandes recursos ou com planejamento muito ajustado de referências em alta complexidade. Praticamente o que nós temos hoje em termos de atenção básica que deveria ser a ação do município, percebemos que os resultados negativos não alcançados do cumprimento da cobertura de atenção básica e de resultados de atenção, refletiram fortemente na média e alta complexidade. Isso significa uma ampliação de custeio. Nosso trabalho tem sido muito focado na organização da Secretaria de Estado de Saúde, agora falo como secretário, para organizar a estrutura da saúde que estava muito desorganizada e ainda continua com grandes deficiências e torná-la uma organização que consiga se auto sustentar, no sentido de gestão, não dependa tanto de outras secretarias para poder desenvolver o seu trabalho, para que tenha, de novo, próximo dos conceitos da saúde, do Sistema Único da Saúde. E também em relação ao que se pretende da saúde do Mato Grosso o servidor público. Nós precisamos trazer de volta, está distante com as suas razões. Hoje



14



333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

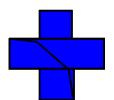
353

354

355

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

estamos no meio de uma greve e que parece que não tem fim. Precisamos sensibilidade de todas as partes, mas precisamos também enxergar todo esse contexto onde envolve, naturalmente pessoas. O nosso foco como gestores e como conselheiros não pode ser outro e essa é a minha proposição, que não seja o cidadão. O cidadão na sua plenitude de saúde, não só no aspecto curativo, mas também no aspecto preventivo de qualidade de vida, de condições de sobreviver na sua região. Hoje temos muitas disparidades. Na saúde indígena nós precisamos ter uma tenção especial, os contenciosos das relações humanas, entre as populações cidadãs e o povo indígenas, nós precisamos estar próximos. Tivemos dificuldade, inclusive, de chegarmos até as aldeias, de procurar nos auxiliar por dificuldades de ordem logística, inclusive. Precisamos pensar sobre isso de uma forma diferente. Precisamos construir, eu acredito, como conselheiros aqui, realmente uma razão uníssona, não partidária e sim voltada a qualidade da saúde do mato-grossense. Então faço essa abertura e deixo aberto ao pleno para que coloquem cada um o seu posicionamento, mas entendo que a minha posição aqui... conseguiu achar? (inint) [00:37:05] Que nós tenhamos aqui a capacidade de entrega, de cedência cada um, em benefício da saúde de Mato Grosso. Temos muita coisa que fazer, temos diferenças a aparar. Mas, certamente, na minha posição, vocês terão aquiescência das solicitações do conselho. Aquilo que não puder suplantar eu vou buscar de outra forma para ter esse resultado de organização e apoio que não tivemos em outro momento junto ao Conselho Estadual de Saúde. Então essa é a minha posição. Eu, infelizmente hoje estou com tempo limitado por essa agenda fora do planejamento, mas é um momento importante para que estejamos lá para ouvir de pronto o olhar firme com o



Sistema Único



ministro, que a gente possa então estabelecer que horizonte que nós temos de 356

realidade quanto ao financiamento. Eu agradeço a todos e passo a palavra ao... 357

Dra Elizabeth: Só uma questão. 358

Eduardo: Pois não. 359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

374

375

376

377

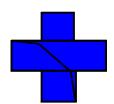
378

379

Dra. Elizabeth: Uma questão de ordem. Só para comunicar que terça-feira passada nós tivemos uma audiência pública em Brasília exatamente para falar das dificuldades de financiamento. O estado e o município vêm fazendo um aporte e o governo federal está fazendo esse aporte cada vez menor. E isso fez com que mais de 250 Santas Casas de hospitais filantrópicos pelo Brasil fosse fechada. Então só para agregar a palavra do nosso secretário que exatamente a gente tem muitas dificuldades. Nós não conseguimos falar com o ministro, mas falamos com o Brito, fizemos essa audiência pública para mostrar essa dificuldade para o Brasil e com isso a redução de leitos para um SUS que é extremamente grave. Então eu acho que compete a nós também fazermos um trabalho forte para agregar mais forças. Porque hoje o governo federal, ele veio ao longo do tempo reduzindo esse aporte e os hospitais estão pedindo socorro. Obrigada.

Eduardo: Quer fazer uma sugestão de pauta em relação a esse financiamento ou 372 não? Fica a teu critério. Pois não, Carlinhos. 373

Carlos: Bom, primeiro só para esclarecer porque eu não recebi o e-mail. Acabamos de olhar aqui e o e-mail está no (terra) [00:40:04] por isso que eu não recebi. Não sei o que aconteceu na secretaria, eu não recebi o e-mail da convocação. Aí olhando no e-mail aqui do pessoal que está com a cópia, está lá Eilerts, eu não tenho mais este e-mail. É o eilert.carlosalberto. Eu estava recebendo normal. Segundo, senhor secretário, eu acho que nós temos que ver, realmente, o que nós



Sistema Único



381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

399

400

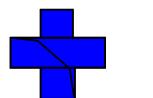
401

402

403

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

fazemos no estado. Porque que tenho andado, o senhor viu, eu estive lá na audiência pública e o estado continua não estando em dia com os municípios, é o que eu escuto. E acho que esse conselho vai ter que debater aqui, acho que é importante podermos discutir aqui o orçamento até porque, salvo melhor juízo, o governo disse que esse ano vai colocar 15% na saúde. Mas eu gostaria que ele colocasse 15% do orçamento do estado e não juntando o dinheiro do governo federal. E retirando os aposentados e a folha dos aposentados, as obrigações sociais da nossa folha que a Lei completar 141 não permite. Essa é uma luta antiga que temos aqui dentro. E acho que nesse sentido. Com relação a falta de veículo, só para colocar, há uns seis anos esse conselho deliberou para comprar, não é essa gestão, oito, não é Ana? Que era para ter um milhão de reais para comprar veículos, inclusive um ficar à disposição do conselho para justamente poder corrigir estas falhas e poder trazer as pessoas. Então acho que o senhor está no caminho certo de guerer melhorar a estrutura administrativa aonde um conselho de estado e aí na pessoa do Edevande nós temos que ver a luta que foi onde todos os conselhos receberam um computador, uma impressora, que na época era só para Mato Grosso e nós conseguimos estender para os 5.642 municípios. Então acho isso importantíssimo. Agora, o que eu vou fazer aqui é um pedido, porque como nós vamos fazer deliberação de comissão se está faltando gente e nós temos somente, dos 30 conselheiros, 17. Senão nós vamos voltar para a próxima reunião. Eu contei 17 titulares, entre suplentes e titulares. Então, quer dizer, como é que nós vamos? E a apresentação e entrega do livro Fundo Público, Uma Análise par ao Financiamento E Gasto Em Saúde. Então nesse sentido, eu também tenho um outro compromisso, nessa segunda-feira eu não estava, realmente. Quando a



Sistema Único



408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

426

427

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Lúcia me ligou hoje eu falei: "Lúcia eu vou lá...". Está bom? É só isso. Obrigado.

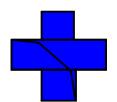
405 Carlos, Conselho Regional de Educação Física.

Eduardo: Muito obrigado, Carlos. Ana Boabaid, por favor

Ana: Ana Boabaid. Eu gueria só colocar, eu concordo com Carlinhos e ao mesmo tempo discordo, porque na verdade, eu acho que quem tem responsabilidade social está aqui. Inclusive as instituições que não estão e não justificam, eu acho que tem que ser revista conforme o regimento interno. Porque nós tivemos muito problema, esse conselho fragilizou muito diante da falta de participação das instituições e diante de uma grande falta de participação nas comissões. Essas comissões não podem ficar sem ser estruturada. Como que o controle social vai funcionar sem ter a formação das comissões? As comissões têm que estudar, têm que se organizar para dar respaldo a este pleno. Então eu acho que mesmo se não der composição, os outros conselheiros que não estão presente, depois que se façam presentes e se coloquem. Eu acho que até em respeito aos que vêm, frequentam, nós devemos fazer a composição. Eu queria colocar só mais uma coisinha, nós temos uma proposta, tanto a Neps, que a Sueli está aqui com novos representantes, o Neon, que a gente enquanto espera o curso de capacitação de conselheiros, a gente comece a fazer oficinas e nós estamos à disposição para trabalhar com as oficinas para os novos conselheiros e que os antigos venham nos ajudar.

Eduardo: Obrigado, Ana. Só que fazer uma... pois não. Benedito, por favor. É que tem que gravar, Benedito.

Benedito: Está bom. Com referência ao transporte, inclusive também aconteceu comigo, eu estava esperando a viatura, o pessoal do conselho ligou para mim que





429

430

431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

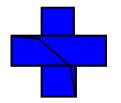
a viatura a partir de uma e meia estaria na minha casa. E eu me preocupei, eu liguei várias vezes para a Luciana e para a Lúcia para saber sobre essa viatura. E essa mesma viatura que era para ter me pego, ela pegou outra senhora, parece também que faltou, então eu acho que tem que ter mais seriedade nas coisas, mais responsabilidade. Porque a partir do momento que a pessoa vai te pegar é porque ela deve ter recebido alguma certeza do chefe de transporte que poderia ficar tranquilo que a viatura ia pegar. Porque é muita falta de responsabilidade com a pessoa que está a fim de fazer um trabalho digno e de respeito. E nós estamos aqui para representar com transparência e com respeito. Eduardo: Muito bem, Benedito, o senhor tem razão. Deixa só eu fazer um comentário a respeito do que o Carlinhos fez. Dois minutos, Carlinhos. Eu entendo perfeitamente em relação aos municípios a preocupação do repasse. Eu, no início do ano, nós ficamos três meses sem fazer o repasse par aos municípios, foi um fato. Para criação do decreto houve uma dificuldade na construção das portarias e acabou acontece ato deletério. Mas não é o que nós estamos pretendendo. Corrigimos isso, fizemos o repasse de três meses sequentes e estamos repassando abril já, maio já estamos repassando... abril já passou, agora vem maio. Então foi um fato, no meu entendimento isolado, mas com razão, o Carlinhos falou que isso é muito importante, o repasse não só da atenção básica, mas também das UTIs, especialmente das UTIs, é importante que a gente mantenha. O nosso trabalho em

relação a Cuiabá e a Dra. Elisabeth está ciente e tem nos acompanhado e tem nos

ajudado muito nesse sentido, é que como o Sistema Único de Saúde adquire o

serviço para atender o Sistema Único de Saúde através, grande parte das

filantrópicas e um pouco da área privada, pelo menos em 67% acontece isso, é





453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

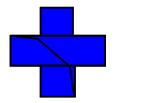
473

474

475

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

importante que a gente trabalhe em conjunto. E isso nós estamos buscando, não só no sentido de repasse, mas também de apoio de diagnóstico no sentido das finanças, das filantrópicas e de apoio no sentido de gestão. Então isso, na semana que vem vamos ter, inclusive uma reunião para poder conduzir. Eu realmente preciso me ausentar e aí preciso fazer então a transferência da minha posição para a Ana Boabaid, mas fico na escuta de qualquer colocação. Por favor. Orlando: Mesa, eu estou propondo aqui, já que não abriu expediente relevante, para seguirmos a pauta. Porque se abrir expediente relevante eu tenho 122 coisas para falar. Ana: Bom, após a posse vamos dar... Amém. Que nós possamos dar continuidade a nossa reunião, a primeira reunião extraordinária, a primeira reunião do novo biênio 2016/2018. Agora nós temos uma apresentação do regimento interno do Conselho Estadual de Saúde pela nossa assessora jurídica, Flávia Maria de Oliveira. Flávia: Boa tarde, conselheiras, conselheiro se demais presentes. Meu nome é Flávia, eu sou gestora governamental, estou exercendo minhas atribuições no Conselho Estadual de Saúde. E vim apresentar essa pauta do regimento interno. O regimento interno ele é um pouco extenso, ele tem 61 artigos e mais dois das disposições transitórias, é cheio de incisos e de alíneas. A proposta é dar uma regimento interno para vocês começarem a se afinar, pincelada no principalmente quem é mais novo. E o regimento interno reza que a apresentação a duração é de dez minutos. Mas como não vai ter discussão e nem deliberação, eu acredito que eu vou precisar em estender mais um pouco por conta do tamanho do conteúdo. Mas eu vou tentar ser o mais breve possível. Como



Sistema Único de Saúde



477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

introdução eu queria falar que a participação social nos SUS está na Constituição Federal, na Lei 8.080, que é a Lei Orgânica do SUS. A Lei 8.142 que trata da participação da comunidade do SUS e que fala da conferência de saúde que ocorre a cada quatro anos na esfera federal e aqui estadual e em alguns municípios de dois em dois anos. E como órgão permanente nós temos o Conselho Estadual de Saúde, que é deliberativo, normativo, recursal e diligencial. No estado de Mato Grosso nós temos a Lei completar 22, de 92, que é o código estadual de saúde onde os artigos 19 e seguinte tratam da conferência estadual de saúde do conselho estadual de saúde. E aí nós temos o regimento interno do conselho que ele vai tratar dos procedimentos administrativos para o funcionamento harmonioso do Conselho Estadual de Saúde como está aqui no capítulo um, artigo primeiro. E eu queria salientar também que o Conselho Nacional de Saúde editou a resolução 453, em 2010, que trata das diretrizes, funcionamento dos conselhos de saúde conforme as discussões que ocorreram nas conferencias, nas plenárias. Só que a nossa legislação ainda não está adequada as atuais diretrizes nacionais. Então aqui da organização do conselho. A organização básica do conselho é o pleno que hoje está aqui reunido. A secretaria geral que está sendo representada pela Luciana Mirando que está aqui presente. A ouvidoria geral, cuja a ouvidora é a Sandra e as comissões especiais. O regimento interno foi aprovado pela resolução 01 de 2004, só que ele não tinha sido publicado na íntegra. Aí no ano de 2010, pela resolução ad referendum 01 o regimento interno foi publicado na íntegra no Diário Oficial para dar mais garantia jurídica para a sua plena aplicação. O artigo quarto trata da competência do pleno que eu já falei de forma resumida que ele é deliberativo, normativo, recursal, diligencial. E aí compete a ele articulação





501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

515

516

523

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

institucional do SUS, deliberação sobre os aspectos financeiros, orçamentários, de gestão, de recursos humanos da SUS no estado de Mato Grosso. Compete também a eleger o ouvidor geral, a secretaria executiva também é eleita pelo pleno. Elaborar o regimento interno, como disse que já foi aprovado já. E existe uma comissão hoje em dia que também tem esse objetivo de atualizar o regimento interno. O artigo quinto trata das atribuições dos conselheiros, que é comparecer em reunião do pleno, debater as matérias, solicitar providencias para a secretaria executiva, fazer pedido de vistas, participar das comissões, dentre outros. O artigo sexto trata do mandato dos conselheiros que é o período de dois anos, permitida a recondução, não coloca um limite para a recondução. E a indicação é feita mediante indicação formal dos órgãos e entidades que o representam. O parágrafo único também fala que na presença do titular o suplente não tem direito a voto. O artigo sétimo diz que quando o conselheiro precisa se ausentar da reunião ele tem que comunicar oficialmente e justificar com prazo de 24 horas de antecedência à secretaria executiva. E o parágrafo único trata, diz que as instituições que se ausentarem por três vezes consecutivas ou seis intercaladas sem justificativa elas devem ser substituídas pelo pleno, conforme o artigo 19, parágrafo quinto da Lei complementar 22.

517

Orlando: O artigo sétimo, senão... Orlando, SINTEP, segmento do usuário. No 518

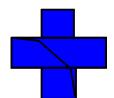
artigo sete fala das 24 horas? 519

Flávia: Sim. 520

Orlando: Mas não fala qual é a restrição caso ele não faz o comunicado. 521

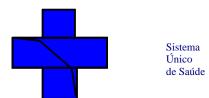
Flávia: Então, aí o parágrafo único complementa dizendo que no caso de três faltas 522

consecutivas ou seis intercaladas a instituição ou a representação deve ser





substituída a critério do pleno, aí tem que ir para a pauta para o pleno deliberar, 524 não é automático. O pleno que vai deliberar se vai ocorrer a substituição ou não. 525 Então, esse levantamento das ausências é de atribuição da secretaria geral e aí 526 quem define a pauta é a mesa diretora. 527 José: Zé Alves, CREFITO, segmento do trabalhador. Eu acho que essa, para não 528 ficar uma leitura passiva, eu acho que é importante combinar se a gente faz 529 intervenção na sua fala ou deixa par ao final, mas que a gente aproveita esse 530 momento para... não, para a gente corrigir alguns erros na condução da gestão 531 anterior. Esse artigo sétimo aí foi deliberadamente não cumprido. Eu acho que 532 nós temos que, além de explicitar, normatizar quem traz. Então deixar claro que 533 é a secretaria que vai registrar essa ausência e vai encaminhar a comissão da mesa 534 diretora e essa traz para o pleno para encaminhar, como vai ser isso? Porque está 535 solto. 536 Ana: Tem que ver a competência da secretaria e o que falta muito nesse pleno é o 537 regimento, as normatizações das comissões, as funções de cada comissão, que não 538 está escrito. 539 Orlando: Então eu estou propondo na linha do Zé Alves, que seja feita a leitura e a 540 gente faz o destaque. Porque tem questões que são complexas mesmo. Então faz 541 a leitura e o destaque. Aquela que não for pedida o destaque ela fica contemplada. 542 Flávia: Eu acredito que... 543 Ana: Conselheiros, nós temos uma comissão aqui que é normatização e 544 estruturação, que justamente trata desse regimento. Aí a importância da 545

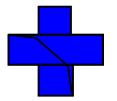


estruturação das comissões.

546



Flávia: Então eu acredito que dê para prosseguir com a apresentação. Eu acho 547 salutar que os conselheiros vão tirando, vão solicitando o esclarecimento e eu 548 quero atender na medida do possível. Quero informar também que tem uma 549 comissão especial de reestruturação do regimento interno e que se for o caso, se 550 for para discutir a reformulação do regimento para pedir uma outra pauta. 551 Daniella: Questão de ordem. Como na pauta está apresentação, o regimento deve 552 ser apresentado. E como estamos em reunião extraordinária, essas discussões 553 têm que ser ponto de outra pauta. 554 Ana: Acatada a questão de ordem. 555 Jesse: Eu queria pedir uma de esclarecimento. Se esse documento que está sendo 556 apresentado vem dessas comissões de normatização e estruturação do regimento. 557 Teve uma comissão nesse trabalho nesse sentido no ano passado, isso que eu 558 estou falando. 559 Ana: Essa apresentação é o regimento interno que rege, que normatiza essa 560 instituição, Conselho Estadual de Saúde, diante de vários itens que precisam ser 561 alterados, existe uma comissão que é a comissão de normatização e estrutura... 562 Ana: Vai existir hoje, vai ter a composição dela agora. Por isso nós também temos 563 que andar com isso para fazer a composição, gente. Nós temos que fazer a 564 composição das comissões. Ou se quiserem inverter a pauta. 565 Orlando: Eu quero insistir aqui na proposta, Orlando SINTEP, seguimento do 566 usuário. A leitura e do estaque ela vai contribuir, inclusive para que as comissões 567 possam se debruçar, porque a comissão não tem poder de deliberação, 568 deliberação do pleno. Aí na parte operacional é que as comissões vão trazer 569 proposta, ela não vai trazer como deliberação. Então a leitura e o destaque vai



Sistema Único

de Saúde

570



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

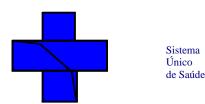
contribuir, o pleno está contribuindo inclusive para o trabalho depois das comissões.

573 Ana: Conselheiro Edevande aí encerramos.

Edevande: Eu vou na mesma linha do que a conselheira já disse lá. Como nós recebemos uma pauta que é de apresentação e não de propositura, de alteração e é extraordinária, então nós temos que seguir o que está escrito, que é apresentação. Sim, eu acho que é mais fácil levar para casa e depois fazer, trazer na próxima as modificações. Porque propuseram uma cosia e agora é outra, não pode. Então se realmente foi para a apresentação, tem que ser para apresentação, não é para alteração.

Ana: Conselheiros, o regimento interno quando diz de reunião extraordinária, a pauta é fechada, é esse assunto. Como foi acatado aqui pela mesa a questão colocada pela conselheira das filantrópicas. Conselheiro Orlando, esse material está no e-mail de todos os conselheiros. Mas não é isso. Eu acho que nós devemos ter paciência e fazer as composições das comissões. Senão esse conselho não vai funcionar, gente. Então vamos fazer... Orlando, vamos colaborar. A gente senta e então faz a composição das comissões e colocamos isso para a próxima pauta, pautamos isso como discussão.

José: Questão de ordem. Eu queria fazer um apelo, porque assim, leitura passiva de alguma coisa que já está no seu e-mail para você ter lido faz tempo eu acho uma perda de tempo e ninguém está aqui para isso. Eu acho que se foi uma primeira pauta que não tinha nem comissão para elaborar pauta e ela veio equivocada, porque eu não penso em uma pauta só de apresentação, eu acho que esse pleno é





597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

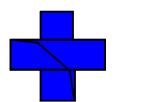
617

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

capaz de alterar essa pauta e fazer disso aqui um momento produtivo. Esse é o apelo que eu faço, obrigado.

Ana: Conselheiro José, a proposta de apresentar o regimento interno para nós que já estamos no conselho é uma coisa já até decorada por alguns. Mas foi a forma de fazer acolhimento aos novos conselheiros. Então nós devemos respeitar esse acolhimento. Vamos para a composição de comissões que é o que sustenta o pleno de conselho, gente.

Flávia: Posso prosseguir? De novo, vou tentar ser breve. O artigo oitavo trata da questão do conselheiro candidato a cargo eletivo, que ele deve pedir licenciamento, conforme a legislação eleitoral. O artigo nono trata do exercício da função de conselheiro que ela não é remunerada e é considerada como serviço público relevante. Todavia o custeio de despesa com deslocamento e manutenção para participação de evento e atividades do conselho estadual de saúde devem ser arcadas pela secretaria de estado de saúde. No caso a secretaria tem contribuído com deslocamento dos conselheiros, com motorista da secretaria. E quando é alguma atividade para fora da sede do conselho estão sendo pagos diárias e a secretaria arca também com o meio de transporte. O parágrafo segundo fala da carteira de identificação do conselheiro. Já foi feita uma vez essa carteirinha e recentemente não foi o mais feito, mas o conselheiro ele deve portar uma carteira de identificação, até mesmo por ser um órgão de fiscalização para poder ter pleno acesso aos estabelecimentos de saúde, então é interessante que ele tenha uma carteirinha de identificação. O artigo dez trata das competências do presidente, do conselho estadual de saúde que aqui no caso de Mato Grosso, o secretário do estado de saúde é o presidente nato e aí está tudo descriminado aqui



Sistema Único



619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

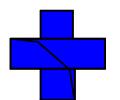
639

640

641

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

nos incisos e nas alíneas. Ele que preside as reuniões do conselho e faz toda essa condução. O vice-presidente do conselho ele é eleito por maioria simples dos membros e ele deve substituir o presidente em suas faltas e impedimento, tendo mandato de dois anos permitido uma recondução. Esse também mais um ponto que provavelmente será incluído na pauta da próxima reunião porque, por enquanto nós estamos sem um vice-presidente eleito. O artigo 12 diz que o conselho estadual de saúde deve funcionar no prédio da secretaria de estado de saúde. O artigo 13 diz que as deliberações, observado o quórum estabelecido serão tomados por maioria simples dos membros. Na verdade, está sendo 50% mais um dos presentes. E aí essas deliberações elas se transformam em resoluções que elas são publicadas, assinadas pelo presidente e homologadas pelo governador do estado, recomendações e as moções. No caso do nosso presidente ele não vota, no artigo 13 coloca que ele só pode votar no voto de desempate depois de duas votações consecutivas que forem empatadas. As reuniões ordinárias. O artigo 15 diz que a toda a primeira quarta-feira do mês, as 14 horas ocorre a reunião ordinária do pleno do conselho que ele é aberto para qualquer pessoa interessada tendo direito a voz somente quando o pleno autorizar. O artigo 16 diz que as pautas das reuniões ordinárias devem ser organizadas previamente pela secretaria geral e encaminhada aos conselheiros com antecedência mínima de dez dias. O artigo 17 diz que a reunião ela deve se iniciar em primeira convocação com a maioria simples dos membros. Na verdade, é maioria qualificada, porque é 50% mais um do total de conselheiros. E depois de 30 minutos com a presença mínima de um terço de conselheiros e conselheiras com direito a voto. Artigo 18 diz que as conclusões do pleno devem constar em ata e



Único



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

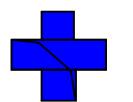
publicados em Diário Oficial quando for necessário. O artigo 19 reza que os tempos das reuniões não podem exceder quatro horas, salvo decisão do pleno. E o artigo 20 trata da questão da inversão de pauta, diz que todos os assuntos devem ser discutidos, mas pode haver transferência de alguns, conforme proposta do presidente ou do conselheiro para outra reunião ser aprovada em plenário também. O artigo 21 diz que assuntos ou trechos relevantes, o conselheiro pode pedir para que conste em ata a transcrição na íntegra mediante deliberação do pleno. O artigo 22 diz que qualquer conselheiro, conselheira, pode requerer urgência ou preferência na pauta, pedir adiamento para esclarecimento, alteração, inclusão e inversão da ordem dos temas, se for justificado. Mediante consulta e aprovação do pleno.

Orlando: Só uma observação, no artigo 20 colocado aqui presidente e o conselheiro. O presidente também é conselheiro, não é?

Flávia: Aqui, na verdade como o presidente é nato...

Orlando: Porque fica diferenciado aqui. Ele é conselheiro igual os outros. Vale o voto igual dos outros.

Flávia: Artigo 23 estabelece que a questão de ordem tem preferência e o artigo 24 ele repete que os conselheiros e as conselheiras poderão solicitar ao presidente que conste em ata seu voto ou declaração, que conste na íntegra. Então, na verdade, a ata não precisa ter a transição na íntegra, só quando é pedido para que seja registrado. O artigo 25 trata da sequência da reunião que é a confirmação de quórum pela secretária geral e abertura pelo presidente, leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior. Comunicação dos expedientes relevantes pela secretária geral, leitura da ordem do dia de temas previamente definidos e



Sistema Único



667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

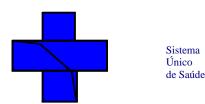
687

688

689

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

preparados, que é a pauta. Inclusão na pauta de matéria considerada urgente. Discussão e votação das matérias da pauta, informes e encerramento. E aí os procedimentos para reunião para tratar das pautas, o relator pode fazer exposição pelo prazo máximo de dez minutos podendo solicitar prorrogação. Depois vem a discussão e aí votação e depois o registro em ata. Orlando: Flávia, desculpa eu insistir. No artigo 24, perdão 25. É que o item dois, leitura discussão e aprovação da ata da leitura anterior, isso nunca ocorreu. Então nós temos que tomar então as precauções a partir de agora porque isso nunca ocorreu. Flávia: Artigo 27 diz que nenhum conselheiro pode usar a palavra sem solicitá-la ao presidente. Devendo, portanto, declarar o seu nome à instituição. É quando o conselheiro pede a inscrição da fala. Cada conselheiro e conselheira só pode falar por uma vez pelo tempo máximo de três minutos, podendo ser prorrogado a critério do presidente e pode haver réplica também. A questão de ordem, o tempo de fala de dois minutos. O pleno pode solicitar qualquer pessoa para prestar esclarecimento e dar voz para ela. E depois que começa a votação não é permitido aparte e nem questão de ordem. Depois que entra em regime de votação é só votação. O parágrafo único esclarece o que é questão de ordem que seria qualquer dúvida com relação a aplicação do regimento interno ou relacionada a discussão da matéria. O artigo 28 trata das reuniões extraordinárias, que elas são convocadas para tratar de matérias especiais ou de urgência. Elas podem ser convocadas pelo presidente ou pelo requerimento de um terço de conselheiros e conselheiras, assinado por eles, não é? E nas reuniões extraordinárias não cabe inclusão de pauta, só é permitido





691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

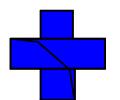
711

712

713

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

a discussão de assunto que conste em pauta. O parágrafo segundo ele sempre foi interpretado que a convocação tinha que ser no prazo de sete dias úteis contados a partir da data de convocação porque o máximo era suprimido porque prazo é prazo. E na última reunião foi dado uma outra interpretação, que o prazo máximo é de sete dias, então se é o máximo pode ser convocado antes dos sete dias úteis. Eu particularmente acho interessante observar esse prazo de sete dias úteis até para as pessoas poderem se organizar melhor. A secretaria geral, ora chamamos de secretaria geral, ora de secretaria executiva, é a mesma coisa. Ela deve promover o apoio técnico administrativo. A atribuição dela está no artigo 20, parágrafo segundo do código estadual de saúde que fala a mesma coisa, que a instância responsável pela execução administrativa e assistência técnica, as atividades do pleno. E as atribuições são preparar, convocar as reuniões do pleno, acompanhar e assistir o presidente na mesa, dar encaminhamento as conclusões, apoiar as comissões especiais, dentre outros que estão descritos no regimento interno. A ouvidoria geral também está na estrutura organizacional básica do conselho estadual de saúde, ela tem previsão no artigo 20 da Lei complementar 22 e compete ela detectar e ouvir reclamações no âmbito do SUS, investigar procedência e apontar os responsáveis para o conselho e possíveis soluções. O ouvidor geral também é eleito e o perfil dele deve ser sanitarista de carreira da administração direta e indireta e fundacional das instituições participantes do SUS. O mandato é o período de dois anos e as normas do processo eleitoral são fixados também pelo conselho estadual de saúde. Depois que ele toma posse ele só pode ser substituído em reunião extraordinária específica e com votação de maioria qualificada, que é de dois terços dos conselheiros e conselheiras. As





715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733

734

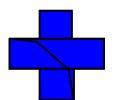
735

736

737

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

competências da ouvidoria, como já falei, receber, examinar, encaminhar as reclamações, denúncias, sugestões e elogios. Requisitar informações e documentos, produzir indicativos qualitativos no nível de satisfação dos usuários, disseminar as formas de participação popular e propor também possíveis soluções com relação as demandas reprimidas. O parágrafo único do artigo 37 diz também que a ouvidoria geral cabe a ela estimular e fomentar implantação das ouvidorias municipais de saúde no âmbito dos conselheiros municipais de saúde, também é uma outra atividade que a nossa ouvidoria exerce. O artigo 38 já trata das comissões especiais. No conselho nós temos as comissões especiais permanentes e temporárias, depende do objeto que ela trata. E tem caráter apenas consultivo e propositivo de assessoramento ao pleno, então a comissão não delibera, ela propõe para o pleno o assunto que ela estiver tratando par ao pleno poder decidir. As comissões previstas no regimento interno são de assistência ambulatorial e hospitalar, política de medicamentos e assistência farmacêutica, comunicação social, recursos humanos e saúde do trabalhador, monitoramento e cooperação técnica, planejamento e orçamento, eleitoral e ética, saúde indígenas. Ações programáticas, atenção integral a saúde. Recentemente duas comissões foram fundidas em uma só porque elas não estavam praticamente atuando, então o pleno decidiu juntar, mas essa alteração não foi publicada. O artigo 40 diz que devem ser elaboradas normas técnicas com relação ao funcionamento das comissões especiais para tratar do funcionamento. O artigo 41 diz que a representação deve ser proporcional só que mais a frente diz que as comissões têm que ser compostas por cinco conselheiros podendo cada um participar no máximo de três comissões. E aí como nós temos seguimento do





739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

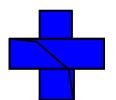
759

760

761

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

governo, prestador de serviço trabalhador e usuário, essa proporção fica um pouco prejudicada. As comissões têm um coordenador e um relator que devem ser eleitos pelos membros. Toda vez que um membro titular, o suplente também não puder comparecer nas reuniões das comissões, tem também que justificar como a secretaria executiva, com antecedência mínima de 24 horas. O artigo 44 diz que as comissões têm prazo de 30 dias para emissão de parecer podendo ser prorrogado pelo pleno. O artigo 41 fala da questão das emendas das propostas, as comissões. E o artigo 46 diz também, é o que eu acabei de falar, que cada comissão tem que ser constituída por cinco membros eleitos e cada conselheiro titular pode participar de até três comissões. Eu não estava aqui na época, cinco membros e cada conselheiro pode participar de até três comissões. Eu tomei conhecimento de que houve alteração desse dispositivo também porque hoje em dia o suplente também pode participar das comissões, até mesmo porque essas comissões foram sendo ampliadas, hoje em dia nós temos mais comissões temporárias. E como tem uma limitação de cada conselheiro participar de até três comissões, então foi aberto a participação par aos suplentes também. Cinco membros em cada comissão e cada conselheiro pode participar de até três. Como são cinco não tem como garantir nem proporcionalidade nem a paridade. Mas aí teria que ser seis, 50%, 50%. Ou oito. O parágrafo segundo diz que a critério do pleno podem ser criadas outras comissões especiais de caráter plenamente e temporário. Hoje em dia nós temos aqui a comissão que trata da reformulação da Lei complementar 22, que é uma comissão que foi criada depois do regimento interno e ela é temporária. O artigo 47 diz que podem ser convidados para participar dessas comissões autoridades, instituições públicas, cientistas e técnicos que possam





763

764

765

766

767

768

769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780

781

782

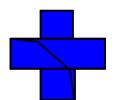
783

784

785

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

colaborar com a matéria pertinente a comissão. A mesma coisa, cada membro da comissão que faltar em três reuniões consecutivas ou seis intercaladas no período de um ano, sem justificativa, ele deve ser substituído. A secretaria executiva, cabe a ela comunicar o conselho para providenciar substituição, então é critério do pleno também. Artigo 49 diz que as comissões devem se reunir pelo menos uma vez por mês e extraordinariamente quando necessário. O artigo 50 diz que as comissões devem apresentar ao pleno um calendário anual de reuniões ordinárias de trabalho, então a comissão deve ter um calendário fixo de reunião. Artigo 51 trata das atribuições das comissões. O artigo 52 fala da composição do conselho dizendo que é composto pelo secretário de estado de saúde que é o presidente e por mais 30 conselheiros e conselheiras nomeados pelo governador do estado na forma do artigo 19 da lei complementar 22. Todos os conselheiros e conselheiras serão suplentes, eles vão tomar posse perante o presidente, como aconteceu aqui, na primeira reunião que seguia sua nomeação. E a instituição a qualquer momento pode pedir a substituição do seu representante aqui no conselho. O suplente ele deve substituir o titular. O parágrafo sexto fala do registro de presença no caso de falta de quórum. O parágrafo sétima fala da vacância, no caso do conselheiro que tem que ser nomeado um outro substituto. O prazo do mandato dos conselheiros que são de dois anos podendo ser reconduzido, não limita contas reconduções. E aqui o parágrafo nono diz que no caso dos conselheiros, o segmento do governo, quando acabar o mandato do governo do estado, que automaticamente se encarraria o mandato dos conselheiros. Então aqui eu já estou concluindo as disposições gerais, o artigo 53 trata dos períodos de reconsideração que deverão ser distribuídos para outros



Sistema Único



787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800

801

802

803

804

805

806

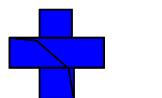
807

808

809

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

relatores no prazo de 30 dias, porque o conselho também é o órgão recursal. O artigo 54 trata da alteração do regimento que também pede uma votação por maioria absoluta com a presença de no mínimo dois terços de conselheiros e conselheiras. O artigo 55 trata dos pedidos de vista. O artigo 56 ele reza que os recursos financeiros do conselho devem ser depositado em banco oficial, administrado pela secretaria geral e que os saques devem ser feitos por cheque administrativo assinado pelo presidente e o secretário geral, isso na prática não está acontecendo. Nós somos uma unidade orçamentária dentro da secretaria de estado e saúde e a secretária geral é responsável pelos recursos, mas quem autoriza a execução desses recursos é o secretário adjunto sistêmico. Na ausência do presidente do conselho, é o vice-presidente que assume, na ausência de ambos, o pleno elege um presidente ad hoc para essa reunião, que foi o que aconteceu hoje, que a conselheira Ana foi eleita pelo pleno. O artigo 58 repete que o mandato dos representantes do governo é até de dois anos, podendo ser reconduzido a critério do governador do estado. Artigo 59 diz que é vedado aos conselheiros e conselheiras atuação individual ou falar em nome do conselho sem prévio o conselheiro conhecimento do pleno. Então não pode individualmente o pleno, quando ele for falar em nome do pleno ele tem que ter autorização. O artigo 60 diz que os casos omissos vão ser resolvidos por maioria absoluta, constado em ata, incorporado ao regimento. E o artigo 61 diz que o regimento vai entrar em vigor após aprovação em plenário devidamente homologado e publicado em Diário Oficial, o que já foi feito também. As disposições transitórias dizem que em 30 dias a secretária geral tem que apresentar ao pleno a normatização da secretaria executiva. E o artigo segundo



Sistema Único



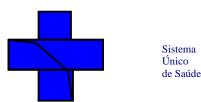
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

diz que em 30 dias a ouvidoria geral deve apresentar ao pleno também a normatização dos procedimentos administrativos. No caso da ouvidoria tem uma resolução de 96 que trata do fluxo, mas ela é anterior ao regimento interno e recentemente foi aprovada uma resolução que trata do fluxo integrado do sistema de ouvidorias aqui do estado de Mato Grosso. Então eu agradeço aqui a atenção de vocês. Espero que tenha sido útil essa breve exposição. E qualquer dúvida eu me coloco à disposição. A Luciana, a nossa secretaria executiva para esclarecer. E acredito que os novos podem também se apoiar nos conselheiros mais antigos que tem bastante conhecimento do SUS. Obrigada.

Ana: Nós temos uma lista de inscritos aqui. Mas antes eu queria pedir ao José Alvez, ele se sentiu ofendido, mas de forma alguma te ofenderia. Desculpe, tenho

maior gratidão por você, menino. Conselheiro Orlando.

Orlando: Orlando SINTEP, seguimento de usuário. Então, pessoal, eu coçando aqui a garganta com vontade de fazer os destaques, mas tive que respeitar aí a pauta. Mas o seguinte, a questão do regimento interno, já está dizendo, regimento, é para regimentar as condições até de contribuição do conselho, não pode ser um regimento que amarra, que trava, que dá poder de um lado e tira do outro. Isso daí não pode ser assim, essa questão: "tem que pedir ordem para o presidente. Até essa questão, por exemplo, questão de ordem, muito difícil peço questão de ordem, porque ela já está dizendo, questão de ordem ela tem que ter um fundamento. E muitas vezes a gente vê a pessoa pedir questão de ordem que na verdade seria esclarecimento, seria de encaminhamento até natural e que não caberia questão de ordem. Mas alguns pontos aqui, usar aqui os meus três minutos, alguns pontos aqui para mim são nevrálgicos mesmo e nós temos que





835

836

837

838

839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

849

850

851

852

853

854

855

856

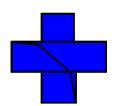
857

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

trabalhar no debate, perdão, no destaque do plano para que as comissões depois ela possa aprofundar. Trabalho de comissão é um trabalho de, já se diz, de contribuição que vai dar condições para o pleno. Pegar o exemplo prático de que nós temos feito na comissão de planejamento e orçamento, aqui o Edevande e a Ana que nós trabalhamos em cima daquilo que é deliberação do pleno. O pleno deliberou que determinadas situações duvidosas que ocorreram em determinado momento, que a comissão se debruça para trazer para o pleno, então isso é o quê? É um trabalho operacional. E se de repente isso aqui já foi passado por uma comissão, eu não me lembro bem se todos esses destaques, pelo menos que eu fiz aqui alguns destaques que foi realmente passado pelo pleno. Então penso que nós temos que, se não é hoje, marcar uma reunião para cada um que vai fazer a sua leitura, cada um e cada uma que vai fazer sua leitura para poder fazer os destaques no pleno e nós melhorarmos esse regimento. Ele deu um percentual de peso aqui que ele é ditatorial mesmo, regimento não pode ser assim. Tem alguns pontos aqui que ele tranca, ele não abre a condição da gente democratizar inclusive o nosso debate. A gente não consegue. Tem pontos aqui que são absurdos. Então a gente precisa marcar assim que forem compostos as comissões, nós termos condições até regimental de contribuir, do contrário nós vamos ter dificuldades. Ana: Conselheiro Orlando, a secretaria geral está colocando que foi proposital colocar o regimento interno justamente porque esse é o segundo regimento interno do conselho estadual desde que iniciou o SUS em Mato Grosso. E precisa, realmente ser readequado, assim como a lei que tem duas comissões. Mas essa

comissão também, conselheiro, acho que pode ser ampliada como a gente

trabalha sempre, ou uma oficina. De repente pode ser liberado uma oficina aqui.





861

862

863

864

865

866

867

868

869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

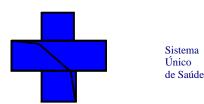
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Nós estamos aqui com o conselheiro José. É Jessé ou José? Nem Jessé, nem José.

Não. Então, agora vem Emanoel da ANDE.

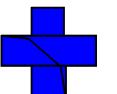
Emanoel: Boa tarde. Minha dúvida também era da fala do último conselheiro quanto aos equívocos desse regimento. Mas eu creio que algumas pessoas aqui já falaram da normatização e da estruturação, que é de suma importância. E aí o que eu vi aqui também é sobre o ouvidor geral que tem que ter uma especialização do sanitarista. Só que aqui não deixa especificado se esse sanitarista é o médico sanitarista ou a graduação de sanitarista. Porque hoje no Brasil já existe a graduação e aqui em Mato Grosso desde 2010 pela UFMT. Esse é um dos pontos. Concordo com alguns conselheiros que falaram que precisa ser mudado esse regimento, até porque a mesa disse que é o segundo, então precisa urgentemente mudar e readequar para a nossa realidade que constantemente muda. E uma outra coisa também que eu observei aqui, dentre outras, que me suscitou dúvida foi a questão de conselheiro e suplente. Há distinção desses dois nomes, porque se há distinção precisa se colocar também no regimento. Porque a única vez que eu vi aqui falar sobre suplente, é bem no final do regimento, ele todo fala só como conselheiros. E a outra questão é sobre a carteira de identificação do conselho. Quem é responsável por isso? A pessoa tem que ir procurar. A secretaria executiva ela emite e já procura os conselheiros para entregar essas carteiras, como é que funciona esse ponto.

Ana: Depois que todo mundo perguntar a secretaria geral vai colocar a situação. Mas vê como está precisando alteração do regimento interno. Que aí diz, a única coisa do suplente diz que na ausência do titular o suplente pode votar. Próximo é o senhor Carlos do renais, representando os renais.





Carlos Antônio: Eu dispenso a minha palavra porque as minhas dúvidas eram as 882 mesmas dele e já foi esclarecido, inclusive essa questão sanitarista aí que foi que 883 me chamou muito a atenção. Conselheira Vânia. 884 Vânia: Na verdade eu queria deixar bem claro que essa é a minha primeira reunião 885 do conselho, então assim... 886 Ana: Eu só queria colocar para você que para registro de ata, inclusive para você 887 e para todos, que quando vai fazer a transcrição de ata, a pessoa geralmente não 888 está presente e não sabe quem falou. Não reconhece a voz. Então nós temos que 889 colocar Vânia de tal segmento, tal representação. 890 Vânia: Vânia da secretaria de estado de saúde. É a minha primeira reunião no 891 conselho. Ficou bem claro para mim que nós precisamos, realmente discutir o 892 regimento. É uma necessidade. A medida que nós vamos verificando que vai lendo 893 nós sentimos necessidade de discutir. Eu entendo que esse momento tenha sido 894 de apresentação. Eu não sei como a gente solicita a pauta, mas eu penso que seja 895 urgente e uma reunião para a gente discutir o regimento e não apenas apresentar. 896 Penso que a presença da Flávia seja muito importante para nós podermos 897 melhorar muito do que está colocado aqui. Então assim, como nós fazemos para 898 solicitar pauta no conselho e da importância da gente realmente discutir o 899 regimento interno do conselho. 900 Ana: Vamos passar a fala para os esclarecimentos da nossa secretária aqui. Na lei, 901 secretária geral e não secretária executiva. 902 F: Em resposta dos crachás, Emanoel, nós fazemos aquela contratação. Nós temos 903 que fazer todo o processo solicitando, vai lá para contra atualização, para fazer 904 licitação. Esse ano nós conseguimos uma empresa que graças a Deus 905



Sistema Único

de Saúde



907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

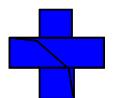
927

928

929

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

conseguimos, para fazer esse tipo de serviço. Mas como ia trocar o novo biênio, então esperei que vocês tenham essa posse para depois a agente encaminhar esse processo. Então quer dizer, lá pelo ano que vem vai sair essas carteirinhas, de vocês. O processo é demorado, os conselheiros que já estão do outro biênio, que estão aqui sabem como é a luta para conseguir toda e qualquer licitação lá dentro da secretaria. Conseguimos a identificação de vocês aí, das entidades que estava aí um ano e meio nós tentando fazer e não deu para o biênio passado, mas para esse biênio vocês estão aí identificado na mesa com a sua instituição. E quanto ao pedido de pauta para o regimento interno, porque eu pedi para apresentar o regimento interno, porque ano passado nós tentamos trabalhar com a comissão várias vezes para colocar em ordem o regimento para apresentar para o conselho. Portanto ele, aquele primeiro que é estruturação das comissões exatamente para isso, para vocês sentirem que é preciso alterar, que as comissões são importantes, que todas elas têm um trabalho a ser feito. Então quem vai trazer para o pleno o regimento alterado, estudado, é a comissão. A comissão que for formada ela vai marcar a reunião lá na sede do conselho, geralmente solicita para a secretaria que sou um, eu vou mandar o convite para os outros integrantes da comissão, vocês vão sentar, tem a Flávia que faz o assessoramento jurídico do conselho, poderá estar contribuindo. Após isso traz para o conselho para aprovação. Então não é só a pessoa que está ali nessa comissão que deve participar. Quando eu mando convite da comissão, eu mando para todos os conselheiros e ali eu coloco os nomes dos integrantes daquela comissão. Quer dizer, os integrantes têm o compromisso de comparecer, mas qualquer outro conselheiro que quiser contribuir, poderá ir a essa reunião que a comissão convidou. Mais alguma coisa?





931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

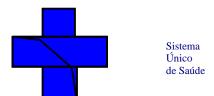
952

953

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Ana: O representante indígena, senhor Nedino.

Nedino: Boa tarde de novo. Aqui nós não estamos para ficar calado não. Vocês vão cansar de ouvir indígena falar aqui. Eu quero só, por exemplo, é só pergunta mesmo, a mesa diretora, tem vários aqui que tem que escolher. Por exemplo, se eu não tiver aqui o meu suplente pode estar participando. Certo. Esse é um. Só quero falar, regimento já está valendo, não é? Isso é outra pergunta. No primeiro, inciso primeiro, é que eu não vejo, não sei, é a primeira vez que estou participando da reunião do conselho estadual, eu moro longe. E sou uma pessoa, chegou tal horário, pensei que eu estava atrasado, a maioria aqui de Cuiabá estava mais atrasado do que eu. Aí eu queria ver aí se está assegurado para todos os conselheiros, principalmente nós que moramos longe, por exemplo, custeio para deslocamento, então isso que eu queria tirar dúvida, porque de qualquer forma eu sempre participo das reuniões. Eu estou começando a participar para ter mais conhecimento, porque eu hoje, dentro da aldeia eu represento 67 aldeias. É município de Tangaré da Sera, município de Sapezal, Campo Novo, Nova Conquista, são sete municípios, mas agora aumentou. Eu tenho que levar, trazer alguma reivindicação das comunidades, não só, assim, da minha etnia, mas de todas as etnias do estado de Mato Grosso. Então é isso que eu queria tirar a minha dúvida. Porque realmente tem que acontecer custeio. Por exemplo, até em Tangará dá 200 e poucos quilômetros. Eu moro na aldeia, mas eu tenho internet, pode estar passando no meio e-mail, com certeza eu estou (inint) [01:35:51] eu não posso participar só se eu ficar doente. Como nós temos representantes de liderança mesmo. E nós temos muito compromisso também, mas tem o meu suplente que mora aqui em Cuiabá, é indígena também. Ok?





955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

972

973

974

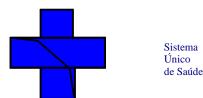
975

976

977

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Ana: Senhor Nedino, conselheiro Nedino, dando resposta número um: seu suplente pode participar na sua ausência e na sua presença o diferencial é na hora do voto, quando está o titular e o suplente, o titular vota. Na ausência do titular o suplente vota. Agora, outra coisa, o segundo foi se o regimento interno. O regimento interno que está valendo é esse, que está publicado em Diário Oficial. Até que os conselheiros se reúnam e faça propositura de alteração e seja aprovado pelo pleno e seja publicado em Diário Oficial. O terceiro é a questão financeira diante da legislação. Pelos os conselheiros serem de relevância pública, existe uma resolução antiga, 333 e agora existe a 453 que dá, o governo, seja secretaria estadual de saúde, tem que dar suporte para pleno funcionamento do conselho. E para o pleno funcionamento, os conselheiros têm que estar presentes. No caso de transporte, o ir e vir, aí tem que ver no caso do senhor que não mora aqui, tem que se organizar antes por causa das diárias e isso a secretaria geral que tramita. Às vezes temos muita dificuldade com o governo em estar organizando nos seus tramites legais, mas nós temos que fazer valer isso porque o conselho é um órgão superior deliberativo, propositivo e recursal da saúde pública. Quanto a frequência, o horário, existe sim necessidade de estarem todos no primeiro tempo, devido de dar quórum. Bom, gente, nós vamos continuar agora já a pauta. Antes de começar eu só queria fazer um esclarecimento, Flavinha, que é paritário, diante da bola do SUS que nós estamos 50% de usuário, então são três representantes de usuários nas comissões, um de governo e um de trabalhador. Então as comissões seguem a paridade que tem que ter o controle social. Então as comissões são três usuários, um trabalhador e um... tá? Então nós vamos começar a primeira. Você vai lá? O ponto de pauta agora é apresentação... não, composição





das comissões do conselho estadual de saúde do biênio 2016 à 2018. A secretária geral do conselho, Luciana estará colocando lá e os conselheiros vão se inscrevendo.

Orlando: Orlando SINTEP, seguimento de usuário. Só assim, penso que nós temos que propor aí como encaminhamento, cadê a conselheira que estava aqui a pouco?

Como encaminhamento, inclusive, sobre a questão...

984 Ana: Do regimento.

985

986

987

988

989

990

991

993

994

995

996

997

998

999

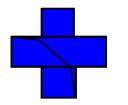
1000

1001

Orlando: Tem a ver. Porque veja bem, aí entra a questão do regimento, a questão que o (inint) [01:39:35] colocou lá do custeio, porque tem que separar o que é custeio de diária de transporte com outras coisas que não está aprovado. A outra questão é o seguinte, levando até em consideração o artigo 56 do regimento que está colocado aqui, os recursos financeiros do conselho serão depositados em banco oficial e administrado pela secretaria geral que deverá prestar contas trimestralmente no pleno devidamente assinado pelo presidente.

992 Ana: Isso não acontece.

Orlando: Sim. Tem que ter, inclusive no regimento, respaldado pela portaria 320 que fala sobre os recursos que vem por bloco, o recurso de transferência e recurso próprio também. E aí a doutora Flávia lembrava também que o regimento não pode fugir da nossa lei estadual, a Lei complementar 22, que ainda está em vigor, tem alguns pontos dela que também estão. Então tem que considerar, por exemplo, determinados itens aqui que eles são complexos, ele tem que considerar a lei, sempre a lei maior. Entendeu? A lei 8.142, a lei 1.142. E a resolução que fala que os recursos, principalmente de transferência não pode só cumprir o sistema FIPLAN, tem que cumprir o sistema da mensagem, da portaria, que fala que os



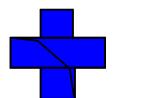


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

recursos têm que vir por bloco, monitoramento, se é para comprar remédio e

assim por diante. Então nós temos que pautar o mais urgente possível para 1003 analisar esse regimento, considerando essas leis em vigor, portarias em vigor e 1004 resolução em vigor. 1005 Ana: Conselheiros, está fazendo encaminhamento para uma oficina? 1006 Orlando: Exato. Isso, aí no caso, propor... 1007 Ana: Então vamos colocar em votação o encaminhamento do conselheiro Orlando 1008 para uma oficina por causa do tempo. Quem concorda com uma oficina para a 1009 gente trabalhar a questão do novo regimento interno, levanta a mão. Opa, eu não 1010 posso votar hoje. Tem a comissão, mas está tendo uma proposta de sair uma 1011 oficina que pode ser uma comissão ampliada. Essa comissão está chamando essa 1012 oficina, entendeu? Deu quantos votos, gente? Vamos contar. Isso. Vamos lá. Todo 1013 mundo. Unanimidade. 1014 Orlando: Ana, só para esclarecer que as comissões têm o papel operacional, agora, 1015 essa oficina aqui, o pleno, quem puder participar para poder fazer os destaques 1016 para melhorar o regimento. A comissão tem proposta para trazer, ela pode 1017 propor, mas tem papel operacional e não deliberativo. 1018 Ana: Qual a data da oficina? Vamos definir logo. Daqui a 15 dias, 20 dias. 1019 Orlando: Acho que aí até 20 dias, pelo menos, até 20 dias vamos ver uma data. 1020 Ana: Até 20 dias e a secretaria geral encaminha. Ótimo. Então está deliberado aqui 1021 pelo pleno uma oficina e que depois é coordenada pela comissão de estrutura. 1022 Luciana: É importante, que nem o Orlando falou, que tragam as propostas. Já que 1023

vocês receberam o regimento, sabe onde está o ponto que vocês concordam que



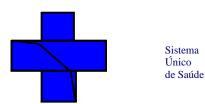
Único

de Saúde



deve ser alterado, faça as alterações. No dia da oficina trazer as propostas porque 1025 a comissão depois vai trazer para o pleno para ser aprovada. 1026 Ana: Só uma sugestão que acompanha a LC 22 que também tem uma comissão 1027 propondo alteração da Lei complementar que tem muito assunto que não pode 1028 ser alterado sem alterar a lei. 1029 Luciana: Vamos entrar na pauta então da composição das comissões. Quero fazer 1030 um esclarecimento sobre as comissões. Essas comissões, após vocês preencheram 1031 os seus nomes eu vou pedir o telefone também, porque a gente acaba ligando 1032 porque muitos acabam, esquecendo do dia da reunião. 1033 Ana: Luciana, o conselheiro (Ande) [01:43:35] está querendo fazer uma proposta 1034 aqui para juntar. 1035 Emanoel: Emanoel Ande. Eu estava dando uma olhada aqui também sobre essa 1036 Lei complementar 22 e a normatização e estruturação também vem de encontro 1037 coma fala do conselheiro que teve a fala anterior. 1038 Ana: Orlando. 1039 Emanoel: Orlando. Assim, uma tem que andar casada com a outra. Então na minha 1040 visão eu acho que não tem que ter essas duas comissões aqui, somente uma. 1041 Porque aí pelo menos uma fala da reestruturação e a outra fala da estruturação e 1042 normatização. Então pode-se colocar somente uma comissão para falar dessas 1043 duas leis. E daí sair a reestruturação da LC 22 e a normatização e a estruturação 1044 do regimento interno. Porque senão, se ficar uma comissão lá e a outra comissão 1045 aqui, pode ser que dê conflitos. 1046 Ana: Questão de esclarecimento, essas duas comissões são permanentes. 1047

Luciana: São distintas, a gente segue o conselho nacional.





Ana: Aí então o que pode fazer é na oficina juntar as duas. Agora, quando alterar 1049 a lei pode até juntar elas em uma só. Aí tem que botar em votação a proposta de 1050 fazer a oficina junto da lei coma normatização. Vamos colocar em votação? 1051 M: Seria interessante até para poupar tempo. 1052 Ana: Vamos colocar em deliberação a proposta do conselheiro. Ele propõe para 1053 juntar na oficina o estudo da LC 22, da alteração da LC 22 que é o código de saúde 1054 do estado de Mato Grosso e da normatização do Conselho Estadual de Saúde. 1055 Luciana: Conselheiro Edevande... 1056 Ana: Está sendo colocado aqui que essa pauta não tem como fazer deliberação. 1057 Edevande: Só uma observação aqui gente. Nessa comissão de reestruturação da 1058 LC 22, se eu não me engano aqui ela foi uma comissão temporária que Leila, 1059 Boabaid, aquele pessoal, e apresentou o resultado e ela foi extinta, essa comissão. 1060 Na verdade, foi fazer um estudo da Lei Complementar 22 que foi integrado, o 1061 resultado foi integre ao ex secretário PDR e aí ele foi extinto, então na verdade ela 1062 não é permanente. 1063 Ana: Gente, aqui na pauta é só apresentação. 1064 Luciana: Só composição. 1065

1066 Ana: Só composição.

Luciana: Vamos fazer a composição, depois que fizer a composição...

Sistema Único

de Saúde

1068 Ana: Então vamos.

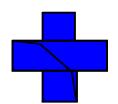
1069

1070

1071

1072

Luciana: Mesmo porque pode chamar duas comissões uma reunião só se o assunto é o mesmo, nós estamos acostumados a fazer isso, não é isso que vai ser um empecilho de vocês trabalharem e trazer um bom resultado. Bom, vamos voltar lá para... Senão a Lucinéia também tem que apresentar. Sobre as comissões,



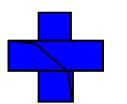


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

voltando a falar. Nessa comissão, após ser reestruturado aqui, que nós vamos compor ela, eu vou chamar cada comissão para que ela tenha o seu coordenador da sua comissão e o seu relator. Como funciona? O coordenador geralmente vai fazer o chamado quando precisar reunião essa comissão para a secretaria executiva e eu disparo e-mail de convocação para reunião para aquela comissão. E pauta, horário, onde que vai ser. Mas isso não impede que quem não é coordenador provoque também uma reunião. Ele também pode provocar uma reunião de acordo com a necessidade. Eu entreguei para vocês uma planilha igual a essa, vocês já 'devem ter colocado os nomes. Então eu vou passando, vocês vão dizendo o nome. Se coincidir, por exemplo, de mais de cinco conselheiros que queira, nós vamos colocar em votação.

Ana: Tem uma questão de ordem aqui que a Edna está pedindo, ela quer um esclarecimento e nós temos outra situação. Doutora Elisabete teve que ausentar e deixou as comissões que ela quer participar, não está presente. Nós temos uma outra situação que o titular do SISMA não está presente, mas ele deixou a lista aqui. A conselheira Salete também não está presente, mas mudou o nome das comissões que ela gostaria de estar presente. Então nós temos que colocar em votação, vai acatar as proposituras dos ausentes? Vamos votar em votação.

Orlando: Me permite. É Orlando SINTEP, seguimento do usuário. Há, como a Luciana colocou, a importância do trabalho das comissões e nós temos determinadas comissões que venceu o mandato, mas nós temos representações em comissões que é de suma importância. Então eu vejo que nós temos que assegurar essas pessoas que já estão em algumas comissões, se é de vontade dela, de nós mantermos. Porque se tem determinados debates, determinadas situações



Sistema Único de Saúde



1098

1099

1100

1101

1102

1103

1104

1105

1106

1107

1108

1110

1112

1113

1114

1115

1116

1117

1118

1119

1120

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

de algumas comissões, que além da sua complexidade, a sua disposição mesmo. Então eu defendo aqui que esses nomes que estão deixando aí para participar, que a gente garanta a participação. Caso ultrapassar o limite lá de representação, aí vai para o voto. Mas eu estou defendendo. Porque as comissões realmente é uma dificuldade muito grande de termos a comissões aí para dar os encaminhamentos dos trabalhos e é importante o trabalho dessas comissões para o pleno.

Vera: Conselheira Vera, representante do CRESS, eu quero só reiterar a proposta do Orlando, porque nós ficamos quase um ano e meio para poder constituir essa comissão. Então se quem não está aqui, de fato, já deixou registrado interesse nas

comissões, nós consideramos essas aí para podermos adiantar o processo. Nós

estamos em situação muito delicada e precisamos dar um passo à frente. Senão

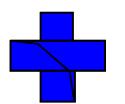
vamos ficar sem andar, ficar parado.

Luciana: Vamos colocar em votação, presidente?

Ana: Ela tem inscrita... (inint) [01:50:31] você se inscreveu? Não.

1111 Luciana: não tem inscrição.

Ana: Nós temos duas propostas agora, gente. Só relembrando que o conselho foi muito mal ano passado e este ano pela ausência de conselheiros na comissão que não dava quórum. Nós trabalhávamos, não é conselheiro Orlando, juntando, chamando a ampliada e pedindo para os conselheiros virem para o conselho. Foi uma questão muito grave de conselheiro que coloca o nome e não vem, não vem. E infelizmente, se fosse seguir o regimento interno de três ausências tirar o nome do conselheiro, ficava tudo em vacância quase. Foi uma questão horrível o conselho esse ano. Então nós temos que colocar. Nós temos duas propostas diferentes, uma do Orlando, do conselheiro Orlando e outra da conselheira Vera.



Sistema Único

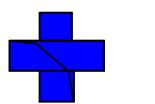
de Saúde



É a mesma? Que vai aceitar a proposta dos que estão ausentes, mas se tiver um 1121 presente concorrente a vaga, fica o presente, na votação. 1122 Luciana: Quem é a favor levanta a mão. Abstenção. Contra. Unanime, aprovado. 1123 Então a mesa diretora, é o presidente, ele é nato nessa comissão do governo. Então 1124 ali vai ser preenchido com dois usuários, um governo e um trabalhador. A única 1125 comissão que tem mais governo. Mesa diretora, Edevande, Daniella, doutora 1126 Elisabete, é esse o presidente, ele é nato. Ele é nato, do governo. Três usuários. 1127 Vamos colocar. Edevande é usuário, mais um usuário seu Carlos, Graziela. Então 1128 aqui está dando quatro usuários, coloca Edna aí, é certeza que vai ter que ficar. 1129 Vai tirar Ana Boabaid dali. Na verdade... 1130 Ana: Alô. Ela está colocando que é o Oscarlino, não é ela. Mas o Oscarlino está 1131 ausente. Pode colocar. A outra pessoa está presente. 1132 Luciana: Graziela, você é usuária? Graziela é usuária. Doutora Elisabete também, 1133 doutora trabalhadora. Tem que colocar. Quem está como trabalhador? Está 1134 trabalhador Edna... 1135 Ana: Doutor Elisabete é governo, é filantrópico. Ela já nem concorre aí porque 1136 doutor Bermudez entra aí. 1137 Luciana: É Oscarlino, coloca lá. 1138 Ana: Oscarlino é trabalhador? 1139 Ana: Cinco, paritário. 1140 Luciana: Nós temos ali então quatro usuários. Carlos é usuário, não é Carlos? Cinco 1141

vagas. Nós vamos colocar em votação. Três para usuário. Não, você viu entre

parênteses? Está escrito usuário, usuário? Porque nós vamos votar nos usuários,



Sistema Único

de Saúde

1142

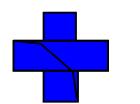


- um usuário desse vai sair, vai ser excluído, tem quatro usuários, vai ter que sair 1144 um usuário. 1145 Ana: Eu só gueria colocar que na mesa diretora o presidente é nato. 1146 Luciana: É nato, o governo já está. 1147 Ana: E colocar também que não esquecer a bola do SUS da paridade, é 50% de 1148 usuário, 25% de trabalhador que caracteriza uma vaga e 25% no governo que é 1149 1150 uma. Luciana: A mesa diretora é única é só o secretário, dois trabalhador e dois... 1151 Luciana: Tira a Elisabete então. Ele é nato. Elisabete vai sair. Porque ela é governo, 1152 trabalhador. Já está o secretário, ano pode tirar ele, é nato. 1153 Ana: O problema da paridade, só lembrando aqui, que na verdade tinha que ser 1154 quatro usuários para dar paridade. Um, um, não é? Mas aí o que acontece? Nosso 1155 regimento interno está errado, está cinco. A questão da pauta não é definida pela 1156 mesa diretora, é conforme demanda encaminhada para a secretaria geral. Só que 1157 a mesa diretora anterior estava patrolando a secretaria geral e que não ocorra 1158 mais. 1159 Luciana: Conselheiros, eu vou colocar em votação, nós vamos colocar em votação. 1160 É importante vocês prestarem atenção em qual desses usuários vocês querem que 1161 permaneça. Três deles vão permanecer. Então nós vamos fazer a contagem de 1162 voto porque vai ter... 1163 Ana: Osscarlindo não é usuário, é trabalhador. 1164
- Luciana: Sim, está lá, trabalhador. Já está lá, Oscarlino.

Sistema Único

de Saúde

Emanoel: Questão de ordem. Emanoel Ande. Com essa dúvida sobre paridade, cinco membros, Eduardo é ou não é ou deixa de ser, que isso aqui vem cair

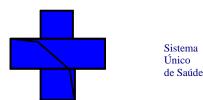




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

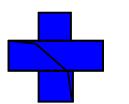
também na normatização e na estrutura. E se nós corrigimos a normatização e

estrutura, acaba que vai ter que corrigir essa tabela novamente. Então como é que 1169 vai ficar essa situação? 1170 Ana: Nós não podemos deixar de seguir o regimento, a normatização, o regimento 1171 interno que existe. É o que está publicizado e valendo em lei. Agora, fazendo a 1172 correção é só acrescentar. 1173 M: Na questão da lei do presidente ele só fala que o presidente é nato e tem direito 1174 a voto quando houver eleição aqui dentro do pleno e não fala das comissões. Então 1175 quando ele compõe lá a comissão, ele faz parte dos cinco, ele é conselheiro. Então 1176 ele é representante do governo. A lei lá fala dele enquanto presidente, no voto, 1177 mas ele é conselheiro, ele está representado ali, são cinco membros. 1178 Luciana: Essa mesa diretora segue pela nacional. Na nacional ele é nato então 1179 todos os conselhos estaduais vieram com a mesma propositura, por isso ele é nato 1180 1181 agui. De dentro dos cinco, exatamente. Ana: Questão de ordem, conselheiro José. 1182 José: Eu queria só, temerosamente, fazer uma sugestão para a mesa e para o pleno. 1183 Na lógica do conselheiro Emanoel, se para cumprir a paridade nós temos que 1184 elevar ou diminui o número de conselheiros, isso é o próximo passo da comissão 1185 de reestruturação, se nós fizermos isso agora vai ser tudo alterado. Eu sugiro que 1186 esse pleno... Só concluir, se acolhe ou não, mesa. Eu queria sugerir e esse pleno é 1187 capaz disso, de nós tomarmos essa decisão agora, deliberar sobre a quantidade de 1188membros de cada comissão para que não seja um desserviço. Para que quando 1189 essa comissão... essa comissão, se nós decidirmos por isso agora, essa comissão já 1190 acata essa propositura e aí nós fazemos uma coisa só, obrigado. 1191





Emanoel: Questão de ordem. Emanoel Ande. Eu estou batendo na tecla da 1192 normatização e da estrutura e da comissão de reestruturação porque estão todos 1193 pensando em aumentar, mas e se a comissão decidir diminuir? Então de um jeito 1194 ou de outro vai alterar essa tabela, ou para mais, ou para menos, vai aumentar 1195 essa tabela. Então, quer dizer, como é que se exclui uma pessoa que está ali? 1196 Luciana: Vai vir novamente a pauta par ao pleno ser decidido. 1197 Ana: Conselheiro Edevande e conselheira Vera. Conselheiro Edevande pediu 1198 questão de ordem, gente, vamos sequência das ordens. 1199 Edevande: Nós acabamos de votar agorinha aqui que os conselheiros que não 1200 estão presentes, se caso houvesse empate seria prejudicado. Então o Oscarlino 1201 está prejudicado ali, não tem como... 1202 Vera: Só colocar duas questões interessantes, o conselheiro Zé Alves está fazendo 1203 um encaminhamento interessante que coaduna com o que ele está colocando 1204 aqui, que nós podemos agora, no momento, consensuar qual é o quantitativo que 1205 nós decidimos aqui para compor a comissão. Se nós pactuar isso aqui agora, isso 1206 já fica uma alteração para só homologar lá na oficina, então a gente já decide aqui 1207 agora. Mas nós podemos constar na ata que pleno, de consenso resolveu 1208 promover já alteração na cláusula tal a ser definida daqui a 220 dias. Nós podemos 1209 colocar isso, não pode? 1210 Luciana: Não pode. 1211 Ana: Nós podemos consultar a nossa assessora jurídica quanto a isso, conselheira 1212 Vera. 1213 Vera: E a outra coisa assim, nós temos que valorizar que o segmento, colocar ali 1214 qual é o seguimento? Seguimento de qual é o SISMA? Por acaso é o Oscarlino, mas 1215



Sistema Único

de Saúde



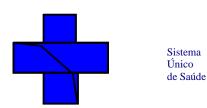
é o seguimento que nós estamos pensando aqui. Segmento de trabalhador? Qual 1216 é a entidade? Para não ficar prejudicado na pessoa. 1217 Flávia: Então, conselheira o regimento interno ele pode ser alterado com a 1218 presença de no mínimo dois terços de conselheiros com votação por maioria 1219 absoluta que é 50% mais um. Mas como nós estamos em reunião extraordinária, 1220 não tem como pedir inclusão de pauta para isso. É por isso que fica obstaculizada 1221 1222 a proposta. Akeslayne: Só um esclarecimento aqui. Akeslayne do MoPS. Eu gueria que vocês 1223 me apontassem no regimento interno qual é a parte que fala que o secretário ele 1224 tem que estar aí e ele é membro nato dessa comissão. Porque eu estou procurando 1225 e não está. 1226 Ana: Não tem. 1227 Akeslayne: E se nós estamos sendo norteador pelo regimento interno, aí fica 1228 prejudicado, uma vez que foi votado aqui e as pessoas que não estão presente, dar 1229 preferência para quem está presente aqui. Então só um esclarecimento. 1230 Ana: Só questão de esclarecimento, acho que Flavinha via poder contribuir. 1231 Quando surgiu a mesa, eu não sei se tem mesa diretora, como é que está no 1232 regimento interno, não me lembro, mas eu acho que nem existe, porque essa foi 1233 um norte que o conselho fez uma resolução diante da mesa diretora nacional, que 1234

veio dessa forma de composição paritária conforme fosse os estados todos

criaram mesa diretora nessa época. E como o nosso regimento não evoluiu,

tiveram várias comissões, anos de comissões não delegou nada, então ficou sem a

inclusão. Mas teve deliberação desse pleno em ata da mesa diretora com o



percentual em reunião ordinária.

1235

1236

1237

1238



1248

1249

1250

1257

1258

1259

1260

1261

1262

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Flávia: Só para complementar o que nossa presidente colocou, é porque o nosso regimento interno, embora esteja ultrapassado ele está vigente e o artigo dez, inciso dois ele diz que compete ao presidente elaborar pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias. E uma das atribuições da mesa diretora é elaborar pauta, daí a importância do presidente estar na mesa diretoria como membro nato.

1246 M: Questão de ordem, mesa, por favor.

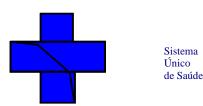
Ana: Eu só queria ver no regimento interno porque no regimento interno cada assunto o conselheiro se inscreve uma vez e como o assunto é questão de ordem, não sei nem como está essa situação, conselheira Flávia, que está virando... eu gostaria de uma orientação.

Flávia: Então, o regimento interno ele coloca que toda a vez que o conselheiro tiver alguma dúvida sobre o regimento interno ou sobre a matéria em discussão desde que seja procedimental, ele pode pedir questão de ordem.

M: Posso fazer uma fala?

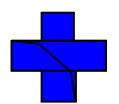
Ana: Só que eles estão com questão de ordem aqui, o Emanoel. Aí eu passo para o Mário Lúcio.

Emanoel: Mesa o que está havendo aqui, pelo que estou entendo é que nós estamos querendo cumprir o regimento pela metade. Porque eu já ouvi falar que a diretoria, a gestão passada, eu não sei como se coloca, fazia o que queria. E eu posso estar equivocado com as palavras, mas o que eu estou dizendo aqui é o seguinte, não adianta a gente querer seguir um regimento que mais para frente nós vamos ter que mudá-lo. Então vai dar conflito novamente por causa da





- questão da paridade. Então o fala a lei maior? O que fala a lei maior? Vamos seguir
- 1264 a lei maior.
- Ana: Conselheiro, eu vejo assim, mesmo se a gente não concorda com uma lei, mas
- ela está em vigência, ela que vale. Conselheiro Mário Lúcio.
- Mário: Mário Lúcio da Ande. Onde é, me mostra onde está essa mesa diretora
- dentro do regimento. Tem que zerar. Nós precisamos...
- Luciana: Mário, quem criou foi o conselho nacional, não foi? Por resolução, não
- 1270 foi?
- Ana: Se não está no regimento interno, então vamos votar aqui para tirar a mesa
- 1272 diretora. Pronto.
- Luciana: Vai ficar a cargo só da secretária fazer as pautas.
- 1274 Ana: Mantém ou retira?
- 1275 Orlando: Só um aparte...
- 1276 Ana: Mas nós não temos como votar também agora.
- Orlando: Só um minuto, companheiro da Ande, como é o nome dele? Emanoel, por
- 1278 favor, é o seguinte...
- 1279 Luciana: Aqui, a Flávia encontrou...
- 1280 Ana: Vamos dar continuidade gente, que o tempo está indo embora.
- Luciana: Foi criado pelo pleno a mesa diretora.
- Orlando: Seguinte, Emanoel, no seu pedido de intervenção está até pedindo para
- você pedir o esclarecimento. Porquê da mesma forma que você está pedindo
- esclarecimento, você está ajudando a esclarecer. Aí ele lembrou lá da questão da
- mesa diretora. Como nós não vamos ter condições de deliberar esse aqui hoje, mas
- a mesa diretora o correto seria votar a mesa diretora. Até porque esse negócio de

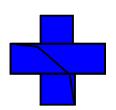




1287	presidente, do secretário de saúde ser nato na mesa diretora, para quê? Isso para
1288	patrolar? Então nós poderíamos até eleger a mesa diretora, inclusive excluir ele
1289	da mesa diretora. Mas assim, eu acho que nós temos que continuar nesse pedido
1290	de esclarecimento, Emanoel, que aí da mesma forma que você está pedindo
1291	esclarecimento, também você está ajudando a esclarecer, eu acho que essa é a
1292	lógica para nós melhorar aí nos encaminhamentos das comissões. É isso.
1293	Ana: Vamos encaminhar então? Vamos encaminhar então a mesa diretora, é isso?
1294	Nós não podemos votar diante de ser uma extraordinária, a única coisa que nós
1295	podemos é encaminhar e pautar para outra reunião os esclarecimentos e as novas
1296	proposituras.
1297	Luciana: Vamos deixar vaga a mesa diretora e continuar as outras comissões?
1298	Como vai ser feito?
1299	Ana: Vamos passar apara as outras comissões e deixar a mesa diretora para
1300	aproxima reunião após a alteração. Quem vota? Vamos votar? Essa proposta
1301	gente. Quem vota pela manutenção da mesa diretora levanta a mão.
1302	Mário: É Mário Lúcio da Ande. As outras comissões estão implícitas dentro do
1303	regimento interno.
1304	Ana: Estão. E essa não.
1305	Mário: Essa então nós podemos trabalhar tranquilamente porque nós vamos
1306	encontrar tudo aqui dentro do regimento interno, é isso?
1307	Luciana: Eu preciso da mesa diretora
1308	Mário: Quais as comissões que foram criadas depois?

Ana: Nós temos a LC 22 que é uma comissão permanente, temporária. A mesa

diretora é comissão temporária. E ela nós não podemos esquecer que foram



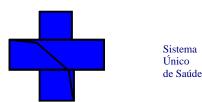
Sistema Único

de Saúde

1309



- aprovadas por esse pleno e não é porque muda a composição do conselho que nós
- vamos mudar as leis. Nós podemos mudar as leis daqui para frente.
- 1313 Mário: Mas ela é lei? Ela está aonde?
- Ana: Se ela foi aprovado pelo conselho e virou uma resolução que é um
- instrumento maior dessa instituição, Conselho Estadual de Saúde, ela é lei.
- 1316 Mário: Então ela tem que aparecer aqui e nos mostrar...
- Vânia: Queria fazer uma observação quanto as comissões.
- Mário: Nos mostrar e identifica-la para que possamos trabalhar ela.
- 1319 Ana: Então, Flavinha, você tem ela aí?
- Vânia: Eu gostaria de fazer uma observação quanto as comissões. Quando a gente 1320 olha aqui... Vânia da secretaria de estado de saúde. Quando a gente olha no 1321 regimento do conselho, ele tem lá dez comissões. Quando a gente olha esse papel 1322 que vocês entregaram para nós, fora a mesa diretora tem 13. Tirando essa que 1323 você falou da comissão de reestruturação que é da LC 22, ainda sobram 12. Tendo-1324 se em vista que dessas dez que está aqui no regimento, a nona, ações 1325 programáticas não consta aqui. Então de fato se nós formos observar entre o que 1326 está no regimento e o que está aqui, uma coisa não bate com a outra. São nove 1327 comissões, se eu não me engano, são nove comissões que está aqui no regimento 1328 e que está aqui nesse documento que vocês entregaram 1329
 - Ana: Só esclarecer, gente, todas às vezes que o pleno delibera na sua quantidade de participantes, ele pode deliberar pelo regimento interno como a nossa assessora jurídica já nos contemplou a informação e no decorrer dos anos muitas comissões foram alteradas. Agora o que faltou foi nós termos trazido as resoluções dessas alterações.



1330

1331

1332

1333



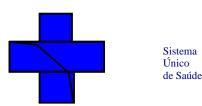
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Mário: O que não pode, Ana, em uma primeira reunião de posse de conselheiros nós fazermos isso. A gente primeiro precisa dar oportunidade para que a gente possa estudar coletivamente, verificar tudo isso para depois fazermos uma discussão mais madura. Nós estamos sendo imaturos aqui.

Ana: Eu concordo com o conselheiro, inclusive na minha fala de apresentação eu me propus a trabalhar em uma oficina.

Luciana: Ana, só tem um porém. Pode ser suspensa essa pauta, mas a ética eleitoral tem que ter composta, por quê? Em agosto vai ter que ter a nova secretaria executiva, a nova ouvidora, o novo vice-presidente. Nós estamos sem vice-presidente. Por isso que veio composição das comissões. Primeiro que estão todos em vacância e outra que tem que ser formada essa comissão eleitoral ética. Ou nós formamos essas comissões e depois a gente senta e alinha o que está errado ou a gente vai ficar em discussão aqui, o que deve der feito e não faz nada. Fica em vacância e sem dar encaminhamento para a secretaria que precisa ser feito.

Ana: Conselheiros, na fala madura que eu acho até maturidade a nossa secretaria geral colocar, porque pela vivencia que eu tenho o conselheiro aparece na secretaria geral só dia que tem reunião de comissões e olhe lá. E o nosso SUS não para, nossos doentes não param de adoecer e nossas crianças não param de ter necessidade, de ter prevenção de doenças. Então nós não podemos parar o conselho estadual. Nós estamos parados. Nós temos que fazer a recomposição. Se alterou, traz de volta, faz uma extraordinária só para recomposição, aí não vai ser composição, pode ser recomposição. Alguém concorda, discorda de fazer a composição?





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Orlando: Orlando SINTEP seguimento do usuário. Nós estamos propondo aí até 20 dias para fazer essa oficina, que seria uma preparação, um preparativo, então nós poderíamos já nessa deliberar aí sobre as comissões, talvez seria aí um preparo melhor. Embora tenha algumas prioridades, mas como foi colocado aqui, que é tanta prioridade que o secretário nem aqui fica, quando vem só fala e vai embora, fala dez minutos e vai embora. Quer dizer, tanta prioridade que nem o secretário de saúde que deveria ter autonomia e que deveria ser o ordenador de (inint) [02:12:59] do conselho, mas ele não prioriza. Então até na condição de organização, nós então, dentro desses 20 dias, uma data mais segura para a participação de todos e todas, a gente faça então essa oficina levando em consideração essa complexidade do regimento interno que amarra as nossas ações enquanto conselho e também a definição aí das comissões para fazermos os trabalhos de fato e de direito.

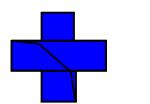
Ana: Conselheiros, não dá nem de fazer oficina sem comissões. E outra coisa, a comissão de orçamento, planejamento e finanças, nós estamos com tudo aprovado, sem ressalva nenhuma pelo tribunal de contas e nosso (rag) [02:13:44] 2015 nem foi passado pelo pleno. Então eu estou falando, o SUS está rodando e nós estamos parados.

Orlando: Sim, Ana, mas as comissões não podem se adiantar ao pleno. Por isso que nós temos... A oficina já vai até nos auxiliar para que possamos, inclusive, esclarecer melhor o funcionamento das comissões, para quem inclusive está chegando agora. Então aí teria esse tempo. Para mim uma coisa, não só excludente, as duas coisas. Uma exclui a outra.

Ana: Seu Carlos pediu também questão de ordem aqui.

Sistema Único

de Saúde





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Carlos Antônio: Carlos das patologias. Eu gostaria de pedir uma coisa aqui, muita das vezes eu tenho vindo participar de reuniões, chega aqui não dá quórum, como diz o nosso amigo indígena, pessoas daqui, moram uma esquina daqui e não comparecem. O dia que comparece que nós temos o fórum, nós precisamos aqui resolver o assunto, ficamos discutindo coisinhas que não tem nada a ver. Outra coisa, por favor, eu não quero defender secretário nem ninguém, mas ninguém sabe que o cara mais chato que tem na secretaria sou eu. Eu todo dia passo na secretaria. Todo dia eu passo no conselho, porque todo o dia eu estou na secretaria cobrando medicamento pessoal. Eu cobro o que é meu. Agora, se as pessoas não quiserem cobrar fica difícil. Agora quando nós viemos aqui e nós tentamos solucionar isso, nós estamos agarrados, gente, a aproximadamente 45 minutos nisso aí, é como diz a Ana, o SUS não para. Eu preciso soltar medicamento, eu preciso cobrar do secretário. Não me importa se ele é nato ou deixa de ser anto, eu quero saber o seguinte, eu quero resposta. E nós, conselheiros estamos aqui em busca de respostas, porque de problemas já temos suficiente.

Orlando: Proponho, faz sua proposta, companheiro, então. Faz sua proposta de encaminhamento.

Carlos Antônio: Vamos dar seguimento ao que está pautado.

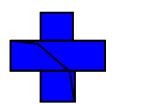
Orlando: Mas está prejudicado o seguimento.

Sistema Único

de Saúde

1402 Ana: Conselheira.

Gabriela: Gabriela Priante da SEMA. As minhas palavras coadunam com a fala do conselheiro anterior a minha no seguinte sentido, primeiramente eu acho que essa confusão toda que gerou ao pleno é por conta dessa explicação que foi dada somente agora. E agora que nós... eu já me sinto esclarecida que essa tabela está





1408

1409

1410

1411

1412

1413

1414

1415

1416

1417

1418

1422

1423

1424

1425

1426

1427

1428

1429

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

diferente do que está no regimento interno em função das alterações que aconteceram e o regimento interno não acompanhou as alterações. Diante disso, já que essa tabela está em acordo com as deliberações já tomadas por esse conselho e a pauta é essa, eu recomendo então, a proposta de encaminhamento é que a gente dê os nomes e aí caso haja necessidade de fazer alguma alteração, que isso venha em uma outra reunião e complemente. Porque nós já tivemos em uma outra reunião, passamos mais de duas horas preenchendo toda essa tabela e eu não vi resultado dela. E nós estamos incorrendo no mesmo erro. Então a proposta de encaminhar é dar os cinco nomes a todas as comissões que estão aqui nessa tabela. E qualquer necessidade de complementação traz de novo ao pleno e a gente apresenta e defere. Ana: Satisfeita, conselheira? Alguém... vamos fazer o encaminhamento, então, gente. Então vamos para as demais comissões. Planejamento e finanças, eu estou

1419 1420

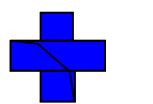
me inscrevendo com o usuário.

Luciana: Vamos votar, Ana, que a mesa diretora será composta depois. 1421

Ana: Vamos votar que a mesa diretora ficou para ser apreciada, composta na próxima reunião. Ou eleita. É eleita. Quem vota favorável? Próxima reunião ou após oficina, gente? A outra proposta é que se...

Orlando: Vamos esclarecer. A mesa esclarece como é que ficou essa votação antes da votação, o que nós estamos votando.

Ana: Estamos votando que a mesa diretora não vai ser votada nesse momento e que vai ser composta, eleita, após a oficina, só essa mesa porque essa não está constando no regimento interno e nem na lei, apesar de que consta em resolução.



Sistema Único

de Saúde

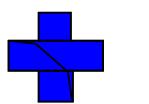


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Gabriela: Mais um esclarecimento, Gabriela Priante da SEMA, a mesa diretora ela

precisa ser paritária, com seis membros, é isso? 1431 Ana: Cinco. 1432 Gabriela: Então se ela é com cinco, então eu não entendi porque vai ter que 1433 discutir depois a oficina, não pode discutir agora? 1434 Luciana: Por causa do secretário, o presidente do pleno está como nato nessa 1435 1436 comissão. Gabriela: Mas isso não foi uma decisão do pleno? Não é uma resolução? 1437 Ana: Essa foi a sequência que seguiu no passado, todos os estados que você abrir, 1438 todos os estados você vai ver que o presidente... mas foi feita uma resolução do 1439 conselho estadual. 1440 Gabriela: Então, se foi feito, gente, a minha proposta de encaminhamento em 1441 relação a mesa diretora, se foi feito já uma resolução, se os outros estados já 1442 adotaram que o nato é o secretário de saúde. Então que nós acatemos agora a 1443 composição da mesa diretora. E depois vai fazer oficina, se for revisto depois 1444 muda. Mas agora, a minha proposta é já decidir agora. Não estou entendo porque 1445 depois. 1446 Vera: Olha só, hoje, essa decisão da mesa do presidente ser nato, ela já está 1447 superada, não tem porque seguir o conselho nacional, porque nem é mais o 1448 ministro... 1449 Luciana: Se ele é nato no conselho, no próprio conselho, nós não conseguimos 1450 mudar ainda. O nosso não. É nato. Nosso secretário é nato. 1451 Ana: A lei como LC 22, o presidente é nato na mesa diretora ficou nato também. 1452

Vera: Mas é só aqui, no conselho nacional não é, não estamos seguindo o nacional.

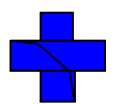


Sistema Único

de Saúde



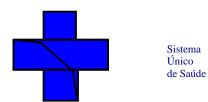
- 1454 Ana: Mas aí é o que eu falei, quando foi fazer alteração do regimento interno tem
- que fazer observação da 22.
- 1456 Vera: Por isso nós não vamos compor essa mesa diretora agora. Há um
- encaminhamento para não compor essa mesa diretora agora e compor as demais
- comissões, deixar essa para quando rever o regimento.
- Marcos: Vamos lá, pela ordem. Marcos, secretaria estadual de saúde vamos lá,
- gente nós estamos discutindo algo aqui... Primeiro que nós estamos chegando
- agora, a gente não sabe de todas as nossas leis, resoluções, regimento, enfim, mas
- nós estamos discutindo algo aqui que foi resolução, gente, isso é coisa interna.
- 1463 Ana: Interna não, externa, é lei.
- Marcos: Interna, externa, sim, mas falo interna de conhecimento. Então nós não
- temos que ir contra isso. Agora, se isso, nesse novo biênio aqui é pauta de
- discussão, aí mais à frente com a discussão do regimento interno possa se mudar,
- mas olha, concordo com o colega ali, já vai para 50 minutos, já passou 45, foi para
- 1468 **50**.
- 1469 Ana: E já está encerrando, vai se encerrar a reunião. Vamos para as duas
- comissões de urgência que é ética. Foi votado já.
- Daniella: Você não perguntou quem, é contra, quem é abstenção.
- 1472 Ana: Você fez a proposta, foi votado.
- Daniella: Não, em relação a mesa diretora eu estou perguntando.
- 1474 Marcos: A mesa diretora, sim.
- 1475 Ana: Não pode ter discussão. Entrou em votação, é votação.
- Luciana: Tinha entrado em votação.
- 1477 Ana: Então tem que concluir. Conclua assim, aí entra de novo.





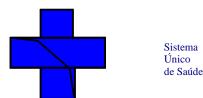
Daniella: Eu entendi que estávamos esclarecendo, o conselheiro perguntou o que 1478 estava votando. Se já votou, já perguntou quantos votos a favor, contra e 1479 abstenção, eu não votei... 1480 Ana: Gente, vamos colocar em votação. Vamos... que a mesa diretora seja aceita 1481 como está até que se mude, como vai ficar? Permanece como está? 1482 Luciana: Sim. 1483 Ana: Quem vota positivo, favorável levanta a mão. 1484 Luciana: Como está, como sempre esteve, após a oficina aí arruma toda a 1485 composição, inclusive a mesa diretora 1486 Ana: Sim, o que eu estou colocando para vocês é que existe o regimento interno e 1487 que essa mesa não está dentro do regimento interno. Mas ela como seguiu a mesa 1488 diretora da nacional. A nacional colocou a dela no regimento interno e Mato 1489 Grosso não colocou, entendeu? Então é falta do regimento interno que nós 1490 estamos propondo oficina acompanhar as deliberações do pleno. Foi feito uma 1491 resolução? Foi. Essa resolução é o documento maior interno e externo do controle 1492 social de Mato Grosso, então ela tem validade jurídica. 1493

- Luciana: Colocando em votação, Ana. Vamos votar e encerrar.
- 1495 Ana: Vamos lá. É favorável, que permaneça como está.
- Luciana: Quem é a favor levanta a mão.
- 1497 Ana: Quem é favorável levanta a mão.
- 1498 Luciana: Como está.
- 1499 Ana: Do jeito que foi colocado ali, foram inscritos, conselheiros. Como era anterior.
- 1500 Marcos: Entendo que anterior existe um seguimento do governo e não dois, lá tem
- dois. Aí três dos usuários e um do trabalhador.





Ana: Não, tem um do governo só. 1502 Luciana: Mas saiu, a doutora Elisabeth vai sair de lá. 1503 Ana: Nós votamos aqui que quando tivesse... 1504 Orlando: Sim, aí é democracia e não imposição. 1505 Ana: Tenho uma proposta. Como os dois estão ausentes, não coloque o governo 1506 nesse momento. Mas vai dar paridade. Não coloca o governo. 1507 Vânia: Gente, já não tinha uma mesa diretora anterior a este momento? 1508 Ana: Tinha. 1509 Vânia: Porque a gente não mantem essa mesma mesa diretora que ali estava até 1510 que nós façamos um novo momento, façamos a oficina. Então é uma coisa simples, 1511 a gente discute as demais comissões. 1512 Ana: Para aí. A mesa diretora anterior foi do outro biênio, nós estamos começando 1513 o biênio 2000. 1514 Vânia: Eu entendo, meu anjo, mas você entendeu que a discussão aqui, até se a 1515 mesa diretora fica ou se a mesa diretora sai. Então a minha sugestão, Vânia, da 1516 secretaria de estado e saúde é que se mantenha a mesa diretora que aí estava do 1517 biênio anterior até que posterior a oficina ou a discussão do novo regimento a 1518 gente defina a nova mesa diretora. 1519 Ana: Nós temos conselheiros que nem estão mais aqui que foram do outro biênio. 1520 E o conselheiro presente ele tem como se candidatar. 1521 Luciana: Presidente, ela está dizendo a composição e não os conselheiros que ali 1522 estavam, entendeu? 1523 Ana: Mas a instituição aí que nós temos representantes que não estão mais aqui 1524



gente.

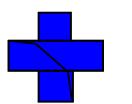


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Luciana: Vamos votar então só para compor a comissão e acordo como sempre foi. Só isso. Quem foi a favor vota a favor, quem for contra vota contra e damos procedimento. Lembrando que se não preencher, mês que vem é o último mês da secretária executiva, vocês vão estar sem secretária executiva, gente.

Orlando: Vai ter que eleger. Ana, só um esclarecimento aqui com a doutora Flávia, rapidinho. Com relação a essa questão da Lei 22 inclusive que tem as duas comissões, qual é o prazo que a gente poderia estar esgotando essa proposta de adequação que, inclusive, orientação do Ministério Público. Porque olha só, pessoal, a conferência estadual aprovou, conferência estadual que é instância maior da saúde aqui, aprovou que o presidente do conselho tem que ser eleito, não é membro nato. Por que ele tem que ser membro nato ali? E de repente pode ser, doutora Flávia, que a gente vá ter tempo suficiente para mudar, colocar esse adendo na lei complementar em que, inclusive isso já foi proposto na audiência pública, naquela audiência pública que foi convocada pelo SISMA em que o doutor Alexandre Guedes propôs já com os deputados e pelo conselho. Faça essa emenda urgente que a conferência estadual aprovou que o presidente do conselho tem que ser eleito, não é membro nato. E aí a gente elege o presidente da mesa diretora, ao invés de ser membro nato é secretário.

Ana: Conselheiros, o que o conselheiro Orlando está colocando já é uma demanda antiga, mas que esse pleno nunca encaminhou. Então hoje o que existe é isso, o que há? O que há em legislação é o que está aí. Ou nós votamos ou nós não vamos caminhar com o conselho. Nós temos que, no mínimo, votar a comissão eleitoral e ética para ter estrutura no conselho, que daqui a pouco nós não temos mais ninguém, vamos perder a questão de ouvidoria, secretaria geral, que é uma



Sistema Único

de Saúde



1550	eleição. E vice-presidente também. Vamos deixar essa comissão de lado E vamos
1551	para a comissão eleitoral e ética? Vamos compor outra comissão? Então vamos
1552	votar para ir para a comissão eleitoral e ética, vamos colocar em votação. Vamos
1553	lá, quem concorda levanta a mão que o tempo está indo embora, gente. Não vai
1554	dar tempo, não dá tempo, Orlando, não dá tempo. Vamos lá, comissão eleitoral e
1555	ética, quem se candidata? Eu me candidato também.
1556	Luciana: Jessé, trabalhador. Ana Boabaid, usuária. Daniella governo. Edna. Está
1557	faltando mais um usuário. Mário Lúcio. Sim, três usuários.
1558	Ana: Vamos colocar em votação, nós temos votação. Governo tem um
1559	Luciana: Foi decidido cadê o Jesse?
1560	Ana: Jessé está ausente, então ele Eea Edna presente.
1561	Luciana: Permanece a Edna, foi o que foi votado. Edna.
1562	Ana: Cinco. É porque sai o Jessé que foi votado aqui. Eu gostaria de convocar essa
1563	comissão para iniciar o trabalho amanhã à tarde. Vamos para a comissão de
1564	orçamento planejamento e finança?
1565	Luciana: Vamos.
1566	Ana: Então vamos só ler aí essa comissão ficou?
1567	Luciana: Vamos votar na comissão, não é?
1568	Ana: Tem gente a mais? Jessé não está presente. Mas já foi votado aqui que é o

planejamento.Luciana: Comis

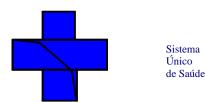
Luciana: Comissão eleitoral e ética. Daniella, Edna, Ana Boabaid, Benedito Mário,

ausente quando tem um concorrente presente, ele não vai... fica para o que está

presente. Está cinco. Vamos lá gente, terminar essa para passar para o de

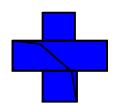
1573 Mário Lúcio.

1569





- 1574 F(não se identificou) Só tem um trabalhador.
- 1575 Ana: É só um, meu amor. É só um mesmo. Vamos lá. Próxima comissão de
- orçamento e planejamento e finanças. Essa nós estamos juntos, Orlando.
- Luciana: Orlando, usuário. Edevande usuário. Ana Boabaid, usuário. Todo o
- 1578 conselho trabalha com a paridade. Daniella, governo. Está faltando um
- trabalhador. Oscarlino.
- 1580 Ana: Conselheira Neuci e conselheiro Daniella, vão entrar em consenso ou vamos
- para votação?
- 1582 Luciana: Vamos para votação.
- 1583 Ana: Duas do governo.
- 1584 Luciana: Daniella.
- 1585 Ana: Daniella das filantrópicas e Neuci da escola.
- 1586 Luciana: Vamos colocar em votação.
- Ana: Quem vota em Daniella? Eu vou passar aqui para quem?
- Luciana: Quem vota em Daniella levanta a mão, por gentileza para contarmos os
- votos. Um, dois, três, quatro. Quatro. Suplente da doutora Elisabete. Vamos
- levantar a mão, por favor, quem vai votar na Daniella. Um, dois, três, quatro, cinco,
- seis, sete. Sete, oito. Quem vota na conselheira Neuci, por favor levanta a mão. Um,
- dois, três, quatro, cinco, seis. Seis.
- 1593 Ana: Seis votos para a conselheira Neuci.
- Luciana: Então permanece Daniella.
- 1595 Ana: Próxima comissão.
- Luciana: Vamos conferir, homologar.
- 1597 Ana: Usuários.





Luciana: Só isso, não é? Planejamento e orçamento, Daniella, Orscarlindo, Orlando, Edevande, Ana Boabaid. Nós temos também a educação permanente em saúde e capacitação de conselheiro que a gente já tinha um trabalho que temos que dar continuidade, inclusive a exigência do TCE nós já estamos com esse dinheiro em caixa, já foi suplementado e se nós não gastarmos esse ano nós vamos perder 240 mil reais.

Ana: Capacitação de conselheiros. Vamos lá. Educação permanente, quem vai participar? Akeslayne, Mário Lúcio, Edna, governo professora Neuci, Vera do

1606 CRESS.

1616

1617

1618

1619

1620

1621

Luciana: Educação permanente e saúde e capacitação do conselheiro.

Ana: Neuci já está lá como governo. Mário Lúcio, usuário. Akeslayne, usuária.

1609 Edna, trabalhador.

Luciana: Qual é a outra pessoa que levantou a mão, está faltando aqui?

Ana: Quem mais? Edna está aí, Mário Lúcio. Mário Lúcio está nessa.

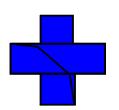
Luciana: Nós vamos votar. Dos trabalhadores, tem alguém que queira...

1613 Ana: Trabalhador está Edna.

Luciana: Está Edna e a Vera, nós temos que decidir.

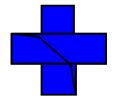
1615 Ana: Vera trabalhadora também, vai para votação.

Vera: Duas comissões importantes, enquanto trabalhador nós estamos presentes, educação permanente e RH. Então eu entendo que a de recursos humanos é fundamental que o SISMA esteja presente. Então eu estou declinando da minha participação do RH, que eu já estava nela para ficar na educação permanente, é nesse sentido. Porque só pode colocar um conselheiro. Porque a paridade que está posta aqui no regimento, ela não corresponde o que estamos fazendo aqui.



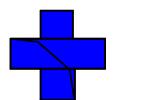


- Ana: Aí só negociar aqui com o SISMA, você abre mão, Edna?
- Vera: Se o SISMA quiser sair, eu saio então, não tem problema não. Eu acho que a
- gente pode fazer consenso. Pode fazer consenso aqui.
- Ana: Regime de votação. O SISMA não quer abrir mão, Vera. Vamos colocar em
- 1626 regime de votação.
- Luciana: Emanoel é o usuário, Emanoel é da Ande.
- Ana: Gente, essa comissão é um processo...
- Luciana: Está faltando um usuário.
- 1630 Ana: Que já está em situação final.
- Luciana: Falta mais um usuário. Edvande, coloca Edvande.
- Ana: Eu só sugiro que as pessoas que assumirem essa comissão chamem uma
- ampliada com os ex-conselheiros para se informar.
- Luciana: Vamos colocar em votação da Vera e da Edna.
- 1635 Ana: Vera e Edna.
- Luciana: Quem vota na conselheira Vera, por gentileza levanta a mão. Um, dois,
- três, quatro, cinco, seis. Seis. Quem vota na conselheira Edna, por gentileza,
- levanta a mão. Um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito. Oito. Edna. Educação
- permanente em saúde e capacitação do conselheiro ficou: conselheira Nelsi, Edna
- Marlene, Edevande, Akeslayne, Mário Lúcio. Tem muito trabalho essa comissão.
- Orlando: Eu estou propondo, Orlando SINTEP, seguimento usuário, para que a
- gente vote já também a normatização e estruturação. Porque inclusive o
- 1643 conteúdo...
- Luciana: E a de monitoramento.
- Orlando: Veja bem, o conteúdo da discussão que o Edevande lembrava aqui...





- Luciana: Sim, que vai para a oficina.
- Orlando: Que ela era provisória, então vem para cá a pauta para que a
- normatização e a estruturação continue. Ok?
- Ana: Vamos lá, normatização e estruturação. Normatização... Três.
- Luciana: Conselheiro, você só pode estar em três comissões.
- Ana: Cada conselheiro participa de três comissões, o suplente de três. Até três. A
- não ser quando...
- Luciana: Qual o nome do conselheiro? Benildes.
- Ana: Benildes, o senhor é suplente do seu Carlos? Então espera aí, tem um
- problema. O seu Carlos e o Benildes estão na mesma instituição. Aí entra um só,
- na mesma cadeira. Então vocês, um ou outro fica.
- Luciana: Vai ficar seu Carlos aqui?
- 1658 Ana: Ele fica em outra.
- Luciana: Benildes mesmo. Sim. Está faltando um trabalhador. Edna. Emanoel vai
- ser muito bom nessa comissão. Fechou? Certo. Então normatização e estruturação
- ficou conselheira Vânia, Edna Marlene, Orlando, Benildes, Emanoel. Agora a gente
- vai fazer a de monitoramento e cooperação técnica, que nós temos demanda do
- município. Edevande, usuário, Ana Boabaid. Mário. Ana Boabaid. Mário Lúcio.
- Essa viaja, não é conselheiro? Essa viaja bastante. Ana Boabaid está aí. Está
- faltando trabalhador e um governo. Essa comissão viaja para dar suporte para os
- 1666 conselhos municipais.
- Ana: Essa comissão tem que trazer no pleno a continuidade do projeto.
- Luciana: Do projeto, da oficina. Governo? Vou fazer só essa e vou fechar. Emanoel?
- Você está aí, Emanoel? Mário Lúcio está aqui. Está faltando um trabalhador e um





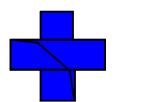
governo nessa aqui. Quem mais é trabalhador? Governo, nenhum do governo? 1670 Pode sim. Núbia. Dúbia? Dúbia é trabalhador ou governo? Governo. Um 1671 trabalhador, gente. Podia colocar esse trabalhador, pelo menos, para então 1672 montar o relatório das visitas. Oscarlino? Coloca Oscarlino. Vamos votar o usuário. 1673 Nós temos aqui quatro usuários. Tem algum usuário que queira desistir passar 1674 par ao colega ou não? Não, não é? Então vamos votar. Conselheiro Edevande, 1675 quem vota no conselheiro Edevende para permanecer nessa comissão? Edevande, 1676 é esse conselheiro. Vamos votar, conselheiro Edevande. 1677 Ana: Como que é a votação? Regime de votação. Quando vota nele, aí conta os 1678 votos... 1679 Luciana: Não pode votar no outro. 1680 Ana: E aí vota no outro, conta voto de novo? 1681 Luciana: Sim. 1682 Ana: Um vota várias vezes? 1683 Luciana: Sim, vai ter que votar sim. Vai votar, porque são quatro, a gente vai contar 1684 o voto. Vai ter que votar. 1685 Ana: A mesa que determina... 1686 Luciana: Os quatro estão aqui. O conselheiro Edevande aqui. 1687 Ana: Em regime de votação. Vamos votar em todo mundo, que tiver mais voto 1688 permanece. 1689 Luciana: Conselheiro Edevande, quem vota no conselheiro Edevande? Um, dois, 1690

três, quatro, cinco, seis, sete. Sete conselheiros, Edevande. Benedito Mário,

conselheiro Benedito Mário é esse que está de camisa amarela.

Sistema Único

de Saúde



1691



Ana: Aqui tem um esclarecimento da conselheira, uma questão bem de ordem 1693 mesmo, apesar de que está em plena votação, mas ela não está conseguindo 1694 colocar o nome dela. Então ela fez uma pergunta, vai cumprir o regimento interno, 1695 três ausências sem justificativa, ela quer substituição, ela quer participar das 1696 substituições. Então vamos colocar seu nome aí. 1697 Luciana: Está em regime de votação, gente. Benedito Mário, quem vota no 1698 Benedito Mário? Um, dois, três, quatro, cinco, sei, sete, oito. Ana Boabaid. Um, dois, 1699 três, quatro, cinco. Cinco votos. Mário Lúcio. Um, dois, três. Só três votos? Três 1700 votos. Então o Mário Lúcio sai dessa comissão. A comissão via ficar, 1701 monitoramento e cooperação técnica. Ficou, Dúbia, Oscarlino, Edevande, 1702 Benedito Mário e Ana Boabaid. Eu quero essa comissão depois de amanhã lá no 1703 conselho. 1704 Ana: Não pode ser amanhã?

1705

Luciana: Amanhã? 1706

Ana: Amanhã a tarde. 1707

Luciana: Amanhã a comissão lá no conselho, então. 1708

Ana: Essa e aquelas outras. 1709

Luciana: Quero essa comissão amanhã lá, nós temos demanda já do município 1710

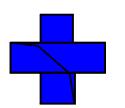
paradas. Presidente, poderia dar uma olhada no horário. 1711

Ana: Vamos olhar o horário porque nós temos que deliberar... Cinco e meia ainda 1712

dá de encaminhar. Vamos continuar rápido que aí nós pedimos, vamos pedir 1713

tempo. Vamos ali ter a comissão da... Interessante agora da saúde do trabalhador.

Luciana: Vamos votar. Mais meia hora de prorrogação. 1715



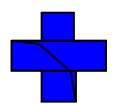
1714

Sistema Único

de Saúde

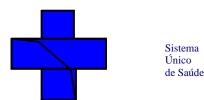


- Ana: Saúde do trabalhador, gente. Aí nós pedimos um tempo a mais para a
- próxima pauta. Saúde do trabalhador, quem se candidata? Orlando, Oscarlino.
- Luciana: Calma aí, a gente vai... Espera, vai colocar aqui. Calma.
- Ana: Saúde do trabalhador. Governo, quem vai do governo, gente?
- Luciana: Aquele conselheiro que está mais de três vezes vai receber uma
- notificação da secretária geral para ele escolher qual comissão ele vai
- permanecer.
- Lucinéia: Lucinéia pelo governo.
- 1724 Ana: Lucinéia pelo governo. Trabalhador, nós temos Vera e Oscarlino.
- 1725 Luciana: Graziela.
- Ana: Graziela, vai entrar em alguma? Saúde do trabalhador? Fica atenta, então. A
- conselheira Vera abre mão. Vamos continuar o usuário, quem mais se candidata?
- 1728 Usuário.
- 1729 Luciana: Edna.
- 1730 Ana: Vai lá, Oscarlino.
- Luciana: Orcarlindo vai ficar nessa comissão? Oscarlino.
- Ana: Quem mais se candidata usuário, gente? Usuário. Aí depois não dá quórum,
- olha só, já está faltando dois usuários. Calma.
- Luciana: Ele tem a comissão também que ele...
- Ana: Usuário, tem mais alguém que está candidatando no usuário? Até para
- ajudar. Saúde do trabalhador. Eu não posso mais me candidatar. Então vamos só
- deixar os três. Olha, essa comissão não pode faltar nenhum conselheiro senão não
- 1738 dá quórum.
- Luciana: Não tem mais nenhum usuário que queira?



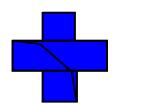


- Ana: Aqui, Graziela entrou. Gente, deu? Não tem mais ninguém? Vamos lá então,
- lê essa aí, o que deu já, saúde do trabalhador.
- Luciana: RH e saúde do trabalhador, ficou quatro conselheiros, tendo um em
- vacância. Ficou Lucinéia, Oscarlino, Orlando e Graziela. Está em vacância um
- 1744 usuário, ok?
- 1745 Ana: Vamos para a hospitalar, gente.
- Lucinéia: Deixa questão de ordem. Eu queria solicitar para o pleno que fosse
- votado, que eu tenho apresentação, a última pauta é entrega e apresentação do
- livro. E daqui a pouco todos os conselheiros vão embora e eu já entreguei o livro.
- Então se a gente podia inverter, terminar agora e eu fizesse apresentação. Até
- porque tem alguns dados importantes.
- Ana: Vamos pedir um prazo regimental que é mais 30 minutos, a prova.
- Lucinéia: Mas aí os conselheiros têm que ficar.
- Ana: Então vamos só deliberar mais a ambulatorial e hospitalar que está cheia de
- problema também, aí a gente já passa a fala para a conselheira Lucinéia. Nós
- temos a saúde indígena também. Vamos na saúde indígena então. Nós temos uma
- proposta para a questão indígena e para aqueles que não morem aqui, que se faça
- a reunião das comissões um dia ou no dia da ordinária, dessas comissões
- 1758 indígenas.
- Luciana: A secretaria não condição, Ana.
- Ana: Não tem condição. Então um dia antes. Um dia antes da ordinária.
- 1761 Luciana: Pode ser.
- Ana: Ordinária primeira quarta-feira do mês, que se faça toda terça. Toda a terça
- vocês fariam a reunião indígena.



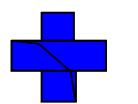


- Luciana: Vamos preencher a ambulatorial.
- 1765 Ana: Hospitalar e ambulatorial.
- Luciana: Marcos. Carlos, usuário. Marcos, governo.
- 1767 Ana: Cláudia, suplente do Neon.
- 1768 Luciana: Carlos Antônio.
- Ana: Cláudia Guimarães. Elisabete Neure, governo. Marcos é governo? Qual
- 1770 Marcos? Você? Ainda não familiarizei. Então nem adianta colocar a doutora
- Elisabete que o Marcos já está aqui.
- 1772 Luciana: Carlos. Doutor Elisabete?
- Ana: Mas ela é governo, já está composto, meu amor. Ela não está aqui, ela está
- 1774 ausente.
- Luciana: Mas se empatar tudo bem, vai empatar? Tem dois governos, não é?
- Ana: Não, dois governos não, já foi deliberado que quando tiver ausente, só se
- tiver vacância. Cláudia Guimarães.
- Luciana: Faltando mais um usuário e um trabalhador.
- 1779 Ana: Trabalhadores, gente.
- 1780 Luciana: Zé Alves?
- Ana: José Alves aí no laboratorial. Mais um usuário.
- 1782 Luciana: Ele não quer.
- Ana: Zé Alves não. Eu não vi Zé Alves em nenhuma comissão. Vera, contribui aí
- 1784 com o ambulatorial.
- 1785 Luciana: Seu Carlos.
- 1786 Carlos Antônio: Põe Carlos Antônio, senão pode confundir com o Carlinhos.
- 1787 Luciana: Ele não entra em comissão.



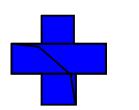


- Ana: Seu Carlos. Quem mais gente? Mais um usuário ali. O índio não vai ficar?
- 1789 Questão indígena, questão hospitalar e ambulatorial, é interessante.
- Luciana: Coloca o nome do suplente. Osmar. Colocar Osmar, representante
- indígena. É usuário e ele é representa indígena. Nedino, coloca Nedino. Dá na
- mesma, Ana, se ele não vier o suplente vem.
- 1793 M: Não dá na mesma não. O titular tem que dar o nome e ser homologado.
- 1794 Luciana: Verdade.
- Ana: Não foi assim que foi a rodem do dia. Não foi assim que foi. Tem suplente
- participando já, direto. Senão não dá, senão não compõe. Tem sim, tem sim.
- 1797 M: Tudo bem, é que estava meio solto, agora não vai dar mais.
- 1798 Ana: Não, mas aí fica errado.
- Luciana: Não, foi votado, conselheiro.
- Ana: Você lembra que nós fizemos uma reunião aqui que não dá, não comporta,
- só se o conselheiro ficar com dedicação exclusiva para o conselho para participar.
- Luciana: Vamos... ambulatorial, assistência ambulatorial e hospitalar, ficou
- Marcos, Vera, Carlos Antônio, Cláudia Guimarães e Osmar que é representante
- indígena. Presidente, vai encerrar agora e dar... coloca em votação.
- 1805 Ana: Só indígena.
- Luciana: Não, colocar em votação se a pauta das comissões vai parar para
- prosseguir com a próxima pauta.
- Ana: Vamos completar indígena, que ele está aqui, gente, que ele está aqui.
- 1809 Luciana: Indígena.
- 1810 Ana: Você sabe a dificuldade que é.
- 1811 Luciana: Indígena.





1812	Ana: Governo?
1813	Luciana: Gabriela, governo.
1814	Ana: Usuário, Cláudia Guimarães.
1815	Gabriela: Só uma informação, na SEMA ou combinei com a minha suplente que na
1816	verdade ali não é Gabriela, é a SEMA.
1817	Ana: Então põe o nome da suplente.
1818	Luciana: Vai publicar o nome, Ana, vai ser publicado o nome no Diário Oficial.
1819	Ana: Pois é, mas se não é ela que vem é a suplente, então colocar o nome da
1820	suplente.
1821	Gabriela: Não foi isso que eu disse. Eu disse que na minha ausência, assim como a
1822	gente ela virá.
1823	Ana: Mas isso é normatizado.
1824	Gabriela: Então pode manter o meu nome, mas na minha ausência ela participará.
1825	Ana: Deixa só eu fazer um esclarecimento, essa questão que se abriu para o
1826	suplente, foi que chegamos a conclusão que não dá quórum se vier todos, só
1827	titular.
1828	Luciana: Usuário, Nedino? Nedino. Está faltando um usuário e trabalhador.
1829	Trabalhador? Usuário Dito Mário. Benedito Mário. Você não está em três? Então
1830	fica atento. Trabalhador. Vera, a senhora não quer entrar nessa comissão? Saúde
1831	indígena, está precisando dar um gás nela.



Luciana: Vera.

1832

1833

1834

Ana: Vamos lá gente, quem mais?

Ana: Vera, aí fechou. Luciana, lê rápido.

Sistema Único

de Saúde



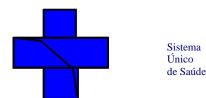
- Luciana: Ótimo. Saúde indígena ficou composta Gabriela, Vera Lúcia, Cláudia 1835 Guimarães, Nedino, Benedito Mário. 1836 Ana: Nós temos a comissão de contratualização que não pode deixar de ser votada 1837 porque é uma comissão externa e está em vacância. Doutora Elisabete deixou o 1838 nome dela para essa comissão, a Daniella está aqui para colocar o nome nessa 1839 comissão. 1840 1841 Luciana: No qual? Ana: Contratualização. E eu coloco o meu como suplente, é externa. 1842 Luciana: Sim, a contratualização. 1843 Ana: Mas pode se candidatar também. 1844 Luciana: A contratualização é uma comissão externa e estava, o conselheiro que 1845 estava era o conselheiro Ambrósio e ele não é mais conselheiro esse biênio. Então 1846 eu preciso passar, não só da contratualização como eu vou precisar de um da 1847 escola que estava o conselheiro Orlando. 1848 Ana: Na verdade todas as comissões que estavam externa têm que vir para ser 1849 composta. 1850 Luciana: Essa que é urgente. 1851 Ana: Agora da contratualziação é urgente por conta... 1852 Luciana: Ana Boabaid e Daniella não é? 1853 Daniella: Tem que decidir quem é vice, quem é suplente? 1854
- 1856 M: Boca de urna,

1855

Luciana: Titular, Daniella? Titular. Coloca aí a parte.

Luciana: Quem é titular, quem é suplente?

Ana: Não tem mais ninguém se candidatando a essa? De contratualização, gente.





1878

1879

Luciana: É só um titular.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Ana: É um titular e um suplente. 1860 Luciana: Então ficou, contratatualização, Daniella, titular e Anaa Boabaid 1861 suplente. E da escola tem a comissão e ética que tem uma comissão lá? Tem uma 1862 comissão lá que eu tenho que repor. Conselheiro, você lembra qual era a comissão 1863 que o senhor estava? É científica? O CEP, não é? Comitê. Mas, pois é, esse comitê 1864 precisa ser recomposto. Eu preciso de um conselheiro para esse comitê. Algum 1865 conselheiro? 1866 Ana: Quem se candidata? Lopes, Graziela. 1867 Luciana: Graziela. Mais alguém? Só a Graziela? 1868 Ana: Mas ela é usuário. 1869 Luciana: Usuário. Ok. Então no CEP, que é da escola, desse comitê. 1870 Ana: E essa não tem suplente? 1871 1872 Luciana: Não. Ana: Deveria ter, gente. 1873 Luciana: É que não é nossa essa comissão, conselheira, é só um representante 1874 usuário que eles pedem. 1875

Luciana: É, do conselho. Então passa a ser a Graziela. Então vai votar?

1877 Ana: Nós vamos colocar em votação para a gente interromper para a conselheira

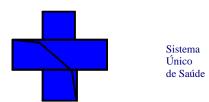
Lucinéia, melhor idade gente, Lucinéia colocar a apresentação do livro dela, fundo

público e política de saúde. Quem concorda levanta o dedo. A Lúcia ditou aqui para

mim. Eu sou disléxica, ela falou.

Luciana: Aprovado, Ana, por unanimidade. Só um... Ia dar um lembrete, acabei até

1882 esquecendo o que eu ia dar.



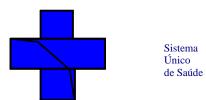


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Emanuel: Só deixa ressaltado o nome das comissões para a reunião que vem.

Luciana: Só um lembrete, eu vou passar o e-mail com essas comissões formadas para vocês amanhã, ok? Vocês estarão recebendo e-mail. E toda a vez que tem reunião ordinária ou extraordinária, eu abasteço o site do conselho. Na verdade, nós temos uma nuvem do lado direito. Quando você entrar no site da saúde, tem uma nuvenzinha bem pequenininha, um símbolo: "conselho estadual de saúde". Vocês entrando lá vocês vão ter informação. Quando tiver reunião extraordinária, que eu mandei para vocês no e-mail, vai estar lá também. Então vocês podem acessar lá para ver que vai estar lá a pauta bonitinha. Se você estiver em outro lugar e quiserem ver e não tiver acesso ao e-mail, mas tiver ao site, vocês vão poder olhar. Algumas informações importantes também eu carrego lá, não são todas porque nós só temos uma nuvem, não carrega foto, não carrega muitas coisas.

Lucinéia: Boa tarde, primeiramente eu gostaria de agradecer a secretaria geral pela possibilidade de estar aqui entregando livro, fazendo essa pequena apresentação. Bom, o livro, o fundo público, uma análise sobre o financiamento e os gastos de Mato Grosso, ele é fruto de uma dissertação de mestrado no programa de pós-graduação em política social da Universidade Federal de Mato Grosso. E na aprovação da banca houve a recomendação para que ele se transformasse em uma publicação. Ele foi encaminhado à editora da UFMT, foi aprovado dentro dos méritos e aí a gente começou a correr atrás do financiamento, sendo que boa parte dele saiu dos recursos próprios e a outra foi financiada... A impressão do livro, 200 cópias, foram financiadas pelo SISMA a partir da apresentação de um projeto, então eu também agradeço ao SISMA por





1908

1909

1910

1911

1912

1913

1914

1915

1916

1917

1918

1919

1920

1921

1922

1923

1924

1925

1926

1927

1928

1929

1930

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

essa possibilidade de começar a divulgar esse material. Essa que é a estrutura do livro, ela está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo trata da contrarreforma e o impacto na seguridade social. Dentro do serviço social a gente entende que a grande reforma do estado ocorreu em 88, quando nós tivemos a inclusão do conceito de seguridade social e a grande contrarreforma aconteceu logo após, em 90, com a entrada das ideias neoliberais dentro do estado. Então houve uma desconstrução aí, um processo de desconstrução do conceito de seguridade. Então esse capítulo traz toda essa análise de como se deu isso, principalmente para a política de saúde. O capítulo dois apresenta uma análise sobre atenção primária porque o objetivo inicial da dissertação, da pesquisa, era por até que ponto o financiamento estadual para estratégia de saúde da família contribuiu para aquele nível atual de cobertura. Porque o estado de Mato Grosso era um dos únicos, dos poucos estados que financiava atenção primária. Então a ideia era perguntar, até como uma argumentação do qual importante era esse financiamento e a manutenção dele, então essa era a pergunta inicial. Então por isso que o segundo capítulo traz todo esse desenvolvimento sobre atenção primária. Inclusive questionamento sobre o conceito, é atenção primária ou atenção básica? Então tem uma parte no capítulo, uma das subseções que trata desse tema. E o capítulo três que trata diretamente do financiamento. Então a gente faz uma análise utilizando três indicadores trabalhados pelo professor Eduardo Fagnani da Unicamp que discute a origem, a direção e a magnitude dos gastos do financiamento público. Então primeiro agradecimento a Deus, a família, aos técnicos e docentes do programa, aos colegas da (CEIS) [02:59:14] que me aturara aí um ano e meio pesquisando muito. Aos amigos do mestrado, à editora





1932

1933

1934

1935

1936

1937

1938

1939

1940

1941

1942

1943

1944

1945

1946

1947

1948

1949

1950

1951

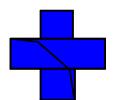
1952

1953

1954

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

da UFMT e ao SISMA pelo apoio na publicação. Nós vamos fazer um período de estudo e a gente descobre que sabemos muito pouco sobre aquilo que a gente achava que sabia muito. Então foi mais ou menos assim no mestrado, eu entrei sabendo que eu sabia muito sobre financiamento e orçamento público e descobri que eu não sabia era nada. Porque não adianta discutir sobre financiamento e orçamento público sem discutir essas duas coisas hoje dentro do estado brasileiro: pacto federativo e sistema tributário. Pacto federativo porque hoje quem financia a união é a grande detentora do fundo público nacional, nós temos aí os dados. Em 2013 ela detém 68% de tudo o que é arrecadado. Os estados 25% e o município 5,7%. Então em uma constituição que diz que cada ente é soberano e que a descentralização, a regionalização é o eixo fundante, nós temos aí o município com altíssimo grau de responsabilidade e com quase nada de recurso financeiro. Então não adianta trazer um monte de prefeito aqui, botar ele dentro de uma sala, de um hotel fazenda, se não for discutido o pacto federativo. A gente entende que isso também não é função do executivo e sim do legislativo. Então é preciso pensar o pacto federativo porque ele impacta diretamente nas execuções, principalmente da política de saúde que é uma das políticas mais descentralizadas que a gente tem. E quando a gente percebe que mesmo ela sendo a maior detentora do fundo público, ela é a que menos financia hoje o SUS. Então nós temos hoje aí o (inint) [03:01:01] Todos os dados aqui apresentados estão no livro. Então esse gráfico aqui demonstra que em 200, a união que é o vermelhinho, ela financiava 44% do orçamento da secretaria. Ela termina em 2011 com 25%. Então a gente tem um aumento da participação do estado e uma diminuição da participação da união no financiamento do SUS. E isso em todos os estados. E o



Sistema Único

de Saúde

82



1956

1957

1958

1959

1960

1961

1962

1963

1964

1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973

1974

1975

1976

1977

1978

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

município também, nós não temos (inint) [03:01:28] mas depois nós temos o dado que demonstra que quem cobre esse rombo, essa diferença, é o ente municipal. Quando a gente fala em sistema tributário, porque é importante discutir? Porque o sistema tributário brasileiro é extremamente regressivo. Quem banca o fundo público brasileiro são os mais pobres e a classe trabalhadora. Então esse discurso que a gente houve da (inint) [03:01:49] acabamos de ver aí a Federação da Indústria do Comércio de Mato Grosso dizendo que não tem que pagar o IRGA porque estão cansados de tributos, é mentira. Quem banca o fundo público brasileiro é a classe trabalhadora e os mais pobres. Por quê? Porque a grande base da nossa arrecadação está sobre o consumo, não sobre a renda, nem sobre o patrimônio. Então todos nós que consumimos todos os dias, somos nós que arremetamos por meio do ICMS e de outros impostos para o fundo nacional. Então só para termos uma ideia do quanto é injusta essa carga tributária, apesar da gente ouvir os barões falarem que não, a carga tributária para uma família com dois salários mínimos em 2004 era de 4,4... 48,8%. Em 2008 essa carga tributária foi para 53,9%, ou seja, de tudo que uma família que recebe até dois salários mínimos, ela devolve para o fundo nacional 53% do que ela recebe. Para uma família acima de 30 salários mínimos, era 26,3% e foi para 29%, do que ela recebe, repassa para o fundo público. Então proporcionalmente ela faz uma retirada da família mais pobre da classe trabalhadora, muito mais de quem tem mais renda e patrimônio. Então não tem como discutir financiamento ou gasto público sem pensar nessas duas análises. Porque a classe trabalhadora é a mesma que financia e infelizmente é a que menos recebe o produto social ou serviço social depois. Então a dissertação... quando eu vou trabalhar o financiamento e os gastos a gente





1980

1981

1982

1983

1984

1985

1986

1987

1988

1989

1990

1991

1992

1993

1994

1995

1996

1997

1998

1999

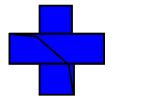
2000

2001

2002

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

olhou de onde vem esse recurso, que direção o estado está dando para esse recurso. E se eu for comparar ela com outras despesas, qual é a magnitude dela? Qual a representatividade dela? Então quando nós vamos lá par ao capítulo três, por esses três indicadores que nós caminhamos. A origem dos recursos públicos. Então eu já coloco aqui, eu já tinha conversado com a Luciana e como a Lúcia, assim, desde... A última qualificação que teve sobre o orçamento público e planejamento, eu acho que quem fez fomos nós da coordenadoria de planejamento em 2008, acho. E existe, eu aprendi isso na Caixa Econômica, no estágio, existe uma coisa chamada qualificação em serviço. E eu gostaria assim, me coloco à disposição da secretaria executiva, em a gente, 30 minutos antes de qualquer reunião do pleno, fazermos uma qualificação em serviço mesmo. Então, por exemplo, eu que sei um pouco de orçamento público, de financiamento, eu chego aqui uma e meia e os conselheiros que estiverem aqui nós discutimos sobre isso e fala e demonstra quais são os instrumentos, até porque daqui a um mês e meio nós estamos recebendo aí a (Loa) [03:04:30] o estado já começa a fazer os planejamentos da sua Loa. E a gente poderia fazer isso com outras áreas. A colega que entende muito de seguridade social vai discutir o conselho de seguridade social, então a gente trabalhar da uma e meia até as duas horas para os conselheiros que estivessem aqui. A gente pode montar um projeto e conversar com a professora Neuci e qualificar e certificar isso também. Acho que não tira ninguém da sua esfera e a gente só chega 30 minutos antes. Bom, aqui olhando a origem dos recursos, nós temos, pela lei, pela emenda constitucional 29 é 141, estados e municípios e a União precisam aplicar um X por cento, apesar que o Temer que tirar isso na proposta dele de governo. Mas vamos lá, estado tem que





2004

2005

2006

2007

2008

2009

2010

2011

2012

2013

2014

2015

2016

2017

2018

2019

2020

2021

2022

2023

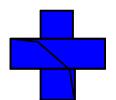
2024

2025

2026

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

aplicar 12% em cima de certos impostos e os municípios no mínimo 15%. Então esses aqui são os impostos que o estado tem que tirar 12% no mínimo e transferir para o fundo estadual de saúde. Quando a gente vai olhar, ICMS, é o imposto, é indireto, é regressivo, ou seja, sai do bolso de quem consome. IPVA, transmissão causa morte, FPE, IPI, então aqui é a origem dele. Na maioria desses impostos ele é regressivo, então ele sai da base do consumo. Quem financia então o Sistema Único de Saúde é aquela turma lá até dois salários mínimos. Só para entendermos um pouquinho do que é esse regressivo, nós estamos, nós damos o exemplo, eu estou no corredor de um supermercado, eu e uma senhora estamos comprando a mesma marca de café porque a gente gosta, temos bom gosto então vamos comprar a mesma marca. Só que eu recebo 11 mil reais e ela recebe 822 reais. Eu pago 17% de ICMS e ela paga 17% de ICMS. Para quem vai fazer mais falta os 17% de ICMS no final do mês? Para ela. Então isso significa que vai sobrar no meu bolso um dinheiro, então eu vou para o teatro, vou no cinema, coloca a minha filha na escola particular, eu pago plano de saúde e ela não, ela fica a mercê dos serviços sociais que ela financia e que ela não recebe de volta. Então o sistema tributário brasileiro onera muito mais a classe mais pobre, a gente já viu, e essa aqui é a distância da nossa desigualdade tributária. Essa aqui é a receita total do estado dividida por consumo, renda e patrimônio. Então o vermelho, o azul é a receita total tributária e o consumo é o vermelho, renda é o verde e patrimônio é o roxinho, lilás. Então isso aqui é o tamanho da nossa desigualdade tributária. Então a grande parte do que é arrecadado no estado, que financia o estão de Mato Grosso está baseado no consumo. Quase nada em renda e muito menos em patrimônio, isso é regressividade. Aqui a gente tem o cálculo da receita para termos uma ideia





2028

2029

2030

2031

2032

2033

2034

2035

2036

2037

2038

2039

2040

2041

2042

2043

2044

2045

2046

2047

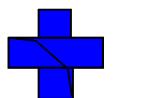
2048

2049

2050

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

com relação ao PIB. Com relação ao PIB a receita da secretaria de estado de saúde, conforme a LOA, nós estamos ali em 2003, tirou, mas em 2003 está 0,75% sobre o PIB, então nós não chegamos nem a 1% do que é alocado em saúde. Em 2011 ela ficou em 0,94. Nem 1% do PIB do estado de Mato Grosso o estado aplica na saúde. Não, esse é PIB, esse é comparando com o PIB. Bom, aí com relação a origem, além de termos esses impactos, nós passamos por particularidades. Então a primeira particularidade, (inint) [03:08:07] ao entrar em 2003, a primeira coisa que ele faz é perguntar ao Tribunal de Contas que imposto de renda não era receita, era estruturação contábil. O Tribunal de Contas, por meio do nosso querido e amado Valter Albano entende-se que é isso mesmo. Então nós temos uma retirada da receita do estado de Mato Grosso totalizando em nove anos de 315 milhões de reais em virtude da retirada do imposto de renda que é o nosso sentido, o que é retido nosso, que vai para a união, faz a compensação e volta novamente para o estado. Então nós temos aí essa característica nesse período com relação ao desfinanciamento do sistema. Bom, essa é a origem. Então a origem a um sistema tributária regressivo, nós temos uma base que está praticamente no consumo e nós tivemos ainda durante esse período a retirada de algumas receitas. Olhando a direção dos gastos do SUS, nós temos aí na visão macro a evolução do orçamento, então temos uma visão, realmente, mas nós temos uma distância entre o que foi orçado, o que foi autorizado final, que é o inicial mais o suplementado e menos o anuado e o que foi pago, que é o verdinho. Então nós percebemos que se formos olhar o que foi planejado incialmente, nós não temos uma execução total que é o que foi apresentado aí nos (rags) [03:09:32] o mais próximo possível. Ou a gente foi muito eficiente e economizamos muito ou nós não executamos as políticas



Sistema Único

de Saúde



2052

2053

2054

2055

2056

2057

2058

2059

2060

2061

2062

2063

2064

2065

2066

2067

2068

2069

2070

2071

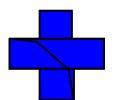
2072

2073

2074

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

inicialmente planejadas. Aqui é um parâmetro onde a gente tem uma comparação dos períodos, 2003 ,2007 e 2011, por sub função. Então olhando a direção do estado nós iniciamos 2003 a atenção básica que é o olhar principal com 9% do total pago. Nós temos... aí em 2007 esse percentual cai para 7% e em 2011 nós temos uma redução de 4%. Então a participação de cada função na receita, na despesa total. Mas essa redução também acontece em uma área que a gente acha, no mínimo, estranho, depois nós vamos perceber que é com relação a retirada da oferta de leitos. A assistência ambulatorial hospitalar sai de 50% vai para 37% e depois cai para 34%. Então... é o verde. Então nós também temos uma redução dos valores empenhados, alocados para ambulatório hospitalar. Então não era o objeto da pesquisa, então nós não tivemos como ir atrás, mas eu pergunto, será que a população deixou de adoecer e não foi preciso? Que nós também sabemos pelos indicadores que não. Então quem sabe para um próximo estudo. No orçamento então nós olhando os números percebemos o caminhar nesse período de 2003 a 2011 e aí é nítido uma transferência das ações dos gastos do público para o privado. Nós tivemos aí no meio do processo uma mudança no modelo de gestão, principalmente das nossas unidades. Então a gente olha aqui, das despesas, olhando, fazendo uma relação com as entidades que foram transferências para entidades em fins lucrativos, que são uma forma de aquisição. Nós saímos de 4,5% em 2003, para 23% em 2011. E a gente tem o inverso com a atenção primária. Nós saímos de 60 milhões em 2003 para 22 milhões em 2011. Então nós tivemos uma mudança de modelo de atenção durante esse período, isso olhando a direção dos gastos. E aí além de nós percebemos essa alteração, nós temos ainda com relação a fonte 112 a baixa execução do orçamento. Então a



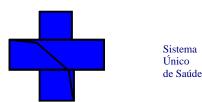
87



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

gente, assim, não financiamos com a fonte 134 e a fonte 112 que é um recurso federal a gente também não consegue executar. Nós temos aí uma baixa execução da fonte 112 durante esse período, por despesa de capital ou despesa corrente. E aí olhando o financiamento que é feito pela entidade, menos pela união e mais pelo estado, nós, em compensação temos aí nitidamente o financiamento do sistema feito pelos municípios, então essa é a direção dos gastos quando a gente olha o sistema único como um todo, muito mais a participação dos municípios. Então se o mínimo, conforme a emenda constituição 29, é 15, ele inicia 2013 com 17,84% e termina 2011 com 20%. O estado fica patinando nos nove, vai com 11, consegue começar a cumprir a emenda constitucional 29 só em 2010. E aí em 2011 cai, termina com 12,7%. Então nós vemos aonde o estado reduz a sua participação, o município ele entra complementando. Na (inint) [03:13:24] é conforme...

M: Porque aposentadoria, imposto de renda que entra lá como só (inint) [03:13:35] que no final das contas... é lógico que os dados que você trouxe são os dados que você está disponibilizando, agora, se formos levar em consideração o que a lei fala na sua essência vai ter que aparecer mais receita ainda. Então aí a gente viu a origem, a direção e agora a magnitude, que é comparar o que está sendo gasto com outros valores. Então nós temos aqui, olhando, por exemplo, a composição do superávit primário. Então o superávit primário é a diferença entre a receita e a despesa para pagar a dívida do estado. E a gente percebe uma evolução, ele sai de 75 milhões negativo, passa por 943 milhões, vai, termina 2011 com 885 milhões. O superávit primário ele nada mais é do que a não execução do planejado. Então aquilo que nós vimos lá atrás da fonte 112, ele comporta no





2100

2101

2102

2103

2104

2105

2106

2107

2108

2109

2110

2111

2112

2113

2114

2115

2116

2117

2118

2119

2120

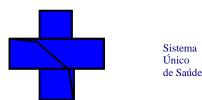
2121

2122

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

somatório aqui do cumprimento do superávit. Então nós temos uma hipótese que quando não deixam a gente executar essas fontes, é porque é para auxiliar no superávit primário do estado. Então há uma direção. Nós não temos como comprovar isso, mas... então a não execução do planejado significa nós não conseguirmos entregar para a população ações de serviço de saúde. Toda a área quando vem aqui dizer que não conseguiu alcançar dentro do (rag) [03:14:59] nada mais é do que uma capacitação que não foi dada, uma formação, uma educação, um medicamento, uma qualificação em serviço. Aí olhando a tal da renúncia fiscal, então a gente tem também, assim, do que foi alocado para o estado de Mato Grosso, para a secretaria com outros valores. A gente vê a receita total do estado saindo de seis bilhões para sete bilhões, receita de tributo. E a renúncia fiscal sai de 86 milhões, em 2003, ela vai até um bilhão 867 em 2010 e termina 2011 com 957 milhões. Então se a gente for comparar o percentual da renúncia sob a receita de tributos, o estado deixou de arrecadar guase 25% do que é a receita tributária. Então é abrir mão de muito dinheiro em virtude de que algo, assim, do que pesquisamos, os relatórios do Tribunal de Contas comprovam que não era acompanhada a efetividade dessa política, se ela realmente gerava emprego ou não. Ele tem, por exemplo, eu estou estudando isso agora, mas ele faz, por exemplo, ele abre uma política de apoio ao couro, à indústria do couro. Então tudo o que for fabricado, vendido nessa área ele pega menos ICMS do que outro setor econômico. Ou não paga. Nós acabamos de ver aí na CPI do Zeca do Pátio que foi comprovado que uma das empresas vai ter que devolver quase um milhão de reais porque ela não empregou o que estava no plano de ação.

Ana: Gente, conselheira, se não falar no microfone não é gravado para...





2125

2126

2127

2128

2129

2130

2131

2132

2133

2134

2135

2136

2137

2138

2139

2140

2141

2142

2143

2144

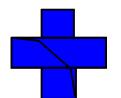
2145

2146

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

2123 Ana: Por causa da ata, depois essas falas...

Lucinéia: Aqui é uma evolução dos gastos que foram transferidos do que era administração direta para OS então nós temos aqui também os dados. Isso não está aqui no livro porque nós montamos para audiência pública. Mas por exemplo, a gente transferia diretamente para um hospital de cárceres, seis milhões, nós passamos para 52 milhões em 2015, 35 milhões em 2014 para modalidade de aquisição via OS. Então também é uma (inint) [03:17:26] Bom, portanto, aí que vemos na conclusão do livro é que a atenção primária, nós avançamos com a estratégia de saúde da família, chegar aos 60, 65% de cobertura se deu em parte pelo financiamento estadual, mas nós poderíamos ter avançado mais porque no planejamento das unidades nós chegaríamos até 70, 75%. Infelizmente o modelo se altera durante o período, mantem-se aquela cobertura, em alguns casos até retroagindo e nós não conseguimos alterar modelo de atenção a saúde pensado lá em 2003 a partir do financiamento. Então nós temos uma desconstrução do SUS no estado que passou pela ausência de concurso público, retirada de receita, não manutenção da estrutura física e elétrica, não investimento em novas unidades, centralidade no processo sistêmico, de licitação e transferência das nossas unidades próprias para o privado. E nós apresentamos isso para o governo, para o atual governo como proposta para voltar novamente a discutir o SUS. Concurso público, retomada das nossas unidades com autonomia, então nossos hospitais voltar ao que eles eram antes, eles eram autônomos, eles geriam, eles eram suficientes, eles davam conta, nós não entendemos por quê da mudança, por ser mais caro. A formação de expertise na área de contratualização, monitoramento, controle e avaliação. A formação de expertise na área de licitação, nós não temos





2148

2149

2150

2151

2152

2153

2154

2155

2156

2157

2158

2159

2160

2161

2162

2163

2164

2165

2166

2167

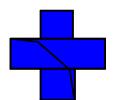
2168

2169

2170

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

hoje dentro da secretaria pessoas que consigam licitar equipamento hospitalar, por exemplo, porque foi desfeito toda a equipe, uma parte se aposentou, outra parte foi para outra área e o conhecimento foi defeito mesmo, desconstruído. Então nós hoje não temos pessoal qualificado nessas áreas. E investimento pesado na área de estrutura física e elétrica. Bom, por fim, Chico Oliveira que é um autor que a gente usa bastante aí no livro, ele diz o seguinte, que é preciso que a gente tome espaço. Fundo público é algo que é discutido há muito tempo por quem está no poder e eles sabem disso. Por quê? Porque eles guerem vender para o estado. Então o fundo público nunca deixou de ser importante para o setor privado. Tira aí o fundo público de qualquer entidade privada para ver se ele vive, não vive. (inint) [03:19:44] eles são mais eficientes é história. Então ele coloca que precisamos entender disso e precisamos levar essa luta por uma reforma tributária, por uma reforma política, que o financiamento ocorra de fato nas políticas sociais com garantia de execução, por meio de instituições públicas. E essas discussões precisam ir para outros espaços, legislativo, judiciário, movimentos sociais, coletivos, por isso dessa importância dentro do livro que é emponderar, principalmente em movimentos sociais, por meio do controle social, de que quando forem chamados para discutir orçamento, tem que ir. Porque quando nós começamos a discutir orçamento aqui em junho, eles já discutiram lá no ano passado, no ano anterior. E aí só para finalizar, eu assisti uma palestra do Ricardo semana passada e nós ficamos pensando assim, vai gravar, não tem problema. Estou falando como conselheira, Lucinéia Soares da Silva. Quando o (inint) [03:20:45] saiu, todo mundo ficou, o fórum sindical: "ele caiu, ele caiu". Depois, pensando, falamos: "gente, não caiu nada". Hoje brincando, brincando, o





2172

2173

2174

2175

2176

2177

2178

2179

2180

2181

2182

2183

2184

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

estado tem (inint) [03:20:56] e o pagamento da dívida, é brincando 200 e poucos milhões soltos dentro do orçamento, disponível para que o mercado privado esteja aí doido para pegar de nós. Aí o professor Ricardo Antunes, eu posso me referir a ele porque é fala dele na palestra, ele diz assim, que o pessoal de fora do privado vem para dentro do público para aprender, para descobrir onde estão, como é que faz. Eles voltam novamente para montar engenharia. Então nitidamente é isso, o estado de Mato Grosso tem um recurso solto e nós precisamos começar a discutir isso e fazer e tomar espaço. Só isso, obrigada. O livro está à disposição, qualquer coisa estamos aí. Obrigada.

Ana: Vamos encerrar a reunião extraordinária do dia 27/06/2016. Lembrando aos conselheiros das comissões que amanhã nós já vamos fazer as primeiras reuniões das que foram compostas. E lembrando a comissão de orçamento, planejamento e finanças que o tribunal de contas já aprovou a conta da (CEIS) [03:22:12] sem passar por este pleno.

